



SOBRE A MORTE DO FUZILEIRO

VICTOR GABRIEL RODRIGUEZ

Caso Concreto para Julgamento Simulado
Semana de Recepção aos Calouros
FDRP
2019

Sobre a Morte do Fuzileiro
Caso concreto para Julgamento Simulado
2019

Quadro de Personagens:

Henrique Silva, engenheiro, Governador do Estado, 61 anos.
Júlio Bandeira, advogado, Secretário de Segurança Pública, 53 anos de idade.
Penélope Klein, 41 anos, Delegada de Polícia
Hilário Pontes, 62 anos, coronel PM
Priscila Lima, 50 anos, major PM.
Euzébio Calatrava, 91 anos, professor
Lamberto Fratello, 28 anos, advogado
Heraldo do Nascimento (Mum-há), 32 anos, condenado por tráfico de entorpecentes.
Jessé Joaquim Menezes (Doguinho), 33 anos, condenado por homicídio.
Homero José (Miolo), 42 anos, condenado por tráfico de entorpecentes.
Jeimisdim Oliveira, 28 anos, condenado por latrocínio.
Claudeir, 58 anos, acusado de homicídio.
Clemente Cavalcante, 34 anos, sem profissão definida.
Joacir Machado, 38 anos, policial militar e medalhista olímpico.

Sumário

I – Os antecedentes.....	3
II – O vídeo e as autoridades.....	6
III – As consequências.....	21
IV – Os autos na Suprema Corte.....	25
V – Tarefa.....	39

- I -
Os antecedentes

- 1.1 -
O Tiro de Fuzil

O caso que vai a julgamento é apenas um homicídio, diante de tantos que ocorreram, determinados pelas Forças do Estado. Trata-se da morte de Clemente, conhecido como **Perverso**, pelo Policial **Joacir Machado**.

Esse caso está sendo submetido à Corte Especial do Superior Tribunal, porque, como se verá, existem fatores muito mais complexos por detrás desse único disparo letal, das Forças de Elite.

- 1.2 -
O Primeiro Ataque do Crime Organizado

O caso está em todos os jornais, foi divulgado, em 27 de dezembro, como "furo" de reportagem, pela maior cadeia de televisão do país, e nas redes circula um vídeo com o diálogo que adiante será descrito. A repercussão social é assim ampla porque envolve as maiores autoridades do Estado, e a autenticidade das imagens com áudio em nenhum momento foi questionada. Somente permanece o mistério de quem realmente levou a público a tal gravação, já que em tese tratou-se de um monitoramento da Polícia Federal no gabinete do Secretário de Estado, via autorização da autoridade judicial constitucionalmente competente para investigar o próprio Governador. Estranho, mas não essencial. Percebe-se também que a versão do vídeo divulgada pela televisão e levada à web é uma edição, porque seleciona dentre imagens que, originariamente, foram captadas por três câmeras ocultas no mesmo ambiente: uma em cada canto da sala, e outra móvel, que parece estar escondida em um ponto alto da parede, que até dá 'close' nos personagens, o que deve significar que algum agente de polícia acompanhou a cena ao vivo, tentando captar com maior detalhe cada falante. Alguém até aventa que a câmera pode ser automática, para captar som e movimento, mas tampouco há muita relevância nessas especulações. O relevante é o conteúdo do vídeo, que, ao contrário de o que em geral ocorre com as videocâmeras ocultas, tem excelente definição, além de um áudio perfeito.

Mas, antes tratar dessas imagens, é preciso pontuar alguma circunstância exterior, o assunto circundava o diálogo que, adiante, tão detalhadamente aparecerá. Segue então trecho da reportagem de capa da **Folha da Capital**, daquela manhã:

“Guerra do Crime Organizado causa doze mortes só na noite de ontem.
11.07.2018

>> Embora não haja informação oficial a respeito, uma facção criminosa desatou ontem na Capital uma onda de horror e morte: na madrugada, em um bairro da Zona Sul, dois bares foram literalmente metralhados e quatro dos seus frequentadores morreram; dois policiais, que passavam com viatura em um local próximo, foram atacados por

homens com fuzis e metralhadoras e também morreram, no local do ataque, onde ainda está o veículo crivado de balas. Nele se podem contar, ao menos, sessenta marcas de projétil, como constatou um integrante de nossa equipe de reportagem, que chegou ao local por volta das 04h da manhã. Comenta-se que os ataques são resposta da facção criminosa ao assassinato do traficante *Mum-há*. Mum-há teria sido baleado por policiais na cama do Hospital Público Sagrado Coração, onde estava internado por já antes haver sido alvejado em alguma outra ocorrência. O laudo mostra que, ali no hospital, cinco tiros perfuraram o seu peito e, um sexto, a cabeça, enquanto o preso estava algemado à cama, na verdade uma maca improvisada. Conforme testemunhas, a maca estava no corredor do Hospital.

>> Mas os ataques criminosos começaram ainda antes, ao anoitecer.

>> Quatro ônibus foram incendiados. De um deles três pessoas não conseguiram escapar (Filomena, 26; Maria Lúcia, 30; e Zenilda, 61) e morreram queimadas ou intoxicadas pela fumaça, ali mesmo. Na Zona Norte, após reagirem a uma abordagem, dois bandidos foram mortos por policiais da Força Especial. No veículo abordado havia um fuzil e três pistolas.

>> O saldo de mortes deve seguir nesta madrugada, já que as informações são de que os ataques continuam e toda a polícia está em alerta.

O tal vídeo, que agora é de ampla divulgação, foi gravado no dia em que fora publicada essa notícia. Trata-se da filmagem captada por câmeras ocultas, que visavam obter informações sobre atividades do Secretário de Segurança Pública, e foram secretamente instaladas em sua sala de trabalho, dois andares abaixo de um dos gabinetes de despacho do Governador do Estado.

- II -
O vídeo
e as autoridades

A sala do Secretário é bastante ampla. Em frente à porta, depois do grande tapete e de duas cadeiras em madeira negra e veludo esverdeado, está sua mesa de trabalho. Ao lado direito da mesa, sob o ponto de vista de quem ocupe a cadeira do Secretário, está um ambiente com um pequeno sofá em couro marrom um tanto desgastado e duas poltronas pequenas, mediados por uma mesa baixa e redonda, em que repousam um tabuleiro de xadrez em granito e um cinzeiro. Do outro lado, uma grande mesa de reuniões.

*O vídeo inicia quando na sala está apenas o Secretário de Segurança, um homem de cinquenta e poucos anos, relativamente magro e de barba rala e branca. Ele passeia pela sala com as mãos entrelaçadas para trás, depois senta e escreve em seu computador. Toma notas no único bloco de papel que há em sua mesa, usando a caneta prateada que estava de pé em um suporte de metal e mármore verde. Logo sua secretária, uma jovem muito bonita, vestida com roupas curtas, entra sem bater e lhe sorri, trazendo um vaso de cristal grande e aparentemente pesado, cheio de biscoitos brancos, que deixa sobre a mesa de reunião, e sai da sala, fechando a porta. Minutos depois, a mesma secretária bate à porta, abre-a e entram duas pessoas: a **Delegada Klein**, com seus quarenta anos, trajando roupa operacional negra, colete à prova de balas, botas de solado metalizadas e duas pistolas à vista. No cabelo, efeito de luzes. No seu peito se pode ver algum distintivo de tecido dourado. Com ela, a **Major Lima**, que aparenta ter quase cinquenta anos, cabelos negros presos para trás e farda da Polícia Militar. Traz suas medalhas no peito. O Secretário vai à porta e levanta-se para receber os visitantes, que os cumprimentam com protocolar sorriso, um deles batendo continência. O Secretário pede que a Delegada Klein tire o colete para ficar mais à vontade, e então os visitantes dirigem-se às duas cadeiras diante da mesa do Secretário, mas a Major Lima expressamente aguarda que este tome assento antes de acomodar-se. A Delegada senta-se mas logo se levanta e sai brevemente da sala portando o colete no antebraço. Volta trajando uma jaqueta também negra. Agora estão os três conversando ali.*

Secretário:

Agradeço a pontualidade. O governador me ligou há pouco e disse que nos receberá em um par de minutos. Disse que nos trará uma surpresa. Na verdade, diz que tem uma surpresa para mim. Pelo tom, é boa coisa, e ele gosta desse tipo de mistério, sempre gostou. O Governador é ótima pessoa.

Major Lima:

O Coronel Pontes disse que está a caminho. O tráfego está terrível, mas conheço o Coronel: recusa-se a ligar a sirene para os veículos de oficiais, é um homem ético. Eu avisei que o senhor tinha pedido para que viéssemos a seu gabinete.

Secretário:

E ele?

Major Lima:

Ele falou que vai diretamente ao do Governador.

Secretário:

Bom, ele faça como quiser, porque de qualquer forma nos encontraremos. Sabem, pessoalmente eu não tenho nada contra o Coronel, apenas acho que ele deseja poder demais. Sim, quer poder para investigar a tudo e a todos. Creio que ainda não se acostumou, com todo o respeito, Major, à existência de autoridades civis. E entre elas, entre as autoridades civis que ele não quer respeitar, incluo o próprio Governador.

Major Lima:

Eu nem poderia comentar isso, mas digo-lhe que o Coronel é uma alma justa, um homem que se dedica à Polícia vinte e quatro horas por dia. Ele respira segurança pública. Por isso, apesar de todas as divergências que pode haver mesmo em uma corporação como a Polícia Militar, ele é sempre o indicado para manter as informações e a disciplina em questões de alta complexidade. Ele sempre teve êxito nas grandes investigações, me entende?

Secretário:

Você vem dizer isso pra mim? Melhor: ousou divergir e acho que ele tem sim investigações fracassadas no currículo. Sabe, o Coronel anda cruzando demais os limites de o que eu creio ser o Estado de Direito, então não posso dizer que ele me caia simpático. Porém já coloquei meu cargo à disposição do governador várias vezes, o que é uma hipocrisia porque esse ato é de um simbolismo risível: meu cargo está sempre à disposição dele, queira eu ou não. Não é assim?

Major Lima:

É verdade.

Secretário:

Eu tenho que pensar em muita coisa. E não porque as eleições estejam chegando, nada disso. Reflito sobre o qual é o interesse do Estado, e sobre a situação gravíssima desses ataques da madrugada. Estão em todos os jornais. Comentam até que o Presidente ligou para o Governador por conta disso, mas isso está dito pela imprensa apenas. Nada confirmado, porque não falei pessoalmente com o Governador ainda. Ele e o Presidente conversam sempre, são amigos ou ao menos grandes companheiros de luta política. Klein, você conseguiu a informação sobre que matança foi essa no Jardim Amélia?

Delegada Klein:

Dezoito mortos em conflito, mas a imprensa noticiou menos. Dois policiais militares assassinados dentro da própria viatura. Fuzil russo.

Secretário:

E tudo iniciou-se numa bela tarde invernal, em que um menino explodiu um rojão que sobrou do São João e aí desatou o tiroteio, é isso?

Delegada Klein:

A história é tremenda, temos tudo levantado, Chefe. Heraldo do Nascimento, conhecido como *Mum-há* era um cara de trinta e dois anos, traficante ali, pesadíssimo. Tomou um ou dois tiros de 45 no banheiro de um bar, de um agente da lei. Mas sobreviveu. Confusão geral já lá no boteco, os ladrões dali levaram o sujeito pro hospital geral do bairro, ele ficou na maca aguardando cirurgia e não deu cinco minutos o mesmo agente entrou no hospital e terminou o serviço, na maca mesmo, no meio do corredor, na frente da equipe médica. Aí foram seis tiros de pistola, praticamente o agente rebitou o traficante na cama de ferro.

Secretário:

[voltando os olhos à major]

Quem era o agente, Major?

Major Lima:

Oficialmente, não se sabe.

Secretário:

[calmo, porém severo]

Estimada Major, não me subestime.

Major Lima:

Secretário, entenda que...

Delegada Klein

[interrompendo]:

Sargento Tobias, que está afastado esta semana em virtude de problemas psicológicos, é o que dizem os exames que estão na ficha dele. O Sargento foi reconhecido por foto na Delegacia de Polícia, porque a tal da enfermeira do hospital parece que namora o advogado que atende a comunidade ali, um sujeito destemido que diz que vai levar tudo adiante. Diz que vai processar o assassino.

Secretário:

Pois eu rezo pela alma desse advogado. Ainda mais se o deputado Freitas estiver na ativa com essa “limpeza” que ele gosta de patrocinar, não é Major?

Delegada Klein:

Por fontes seguras, o Deputado Freitas não mais se pronuncia quanto a grupos de extermínio. Nem toca no assunto. Depois da morte da filha, está retirado, em depressão profunda.

Secretário:

Bom, deve estar repensando seus valores. Ele defendendo a moral e os bons costumes e a filha fazendo programa na maior casa da cidade, o *Caribbean*¹. Não sei como ela não temia encontrar o pai lá. Ou não estava nem aí, vai saber. Bom, e esse Tobias, está em maus lençóis ou se alivia pra ele?

Delegada Klein:

O inquérito já se inaugurou, então. Eu dei ordem para que buscassem ainda outras provas, fora dos autos, principalmente do pessoal que estava no bar em que houve o primeiro atentado, mas vai ser difícil aparecer testemunha. Era uma festa de aniversário frequentada pelos mais fortes do tráfico na comunidade. De qualquer modo, mandarei colher mais indícios, depois o senhor me diz se as colocamos no inquérito ou não. Por exemplo, consegui levantar que o tal Sargento já teve muitos outros afastamentos por motivo psicológico, é cheio de ocorrências. Parece que seu desequilíbrio é severo mesmo.

Secretário:

E justo esse louco é ponta de lança nessas ilegalidades, não é querida?

Major Lima:

Major, por favor. Secretário, o Sargento Tobias é um homem infalível em suas missões, o melhor operativo que temos. Não sei o que ocorreu desta vez, que ele se atrapalhou. Falhou e quis consertar, porque não é de abandonar as responsabilidades. Foi só isso.

Secretário:

Claro, e eu sem saber de nada.

Major Lima:

Eu achei que o senhor estava ciente da ordem geral, porque esse Mum-há é aquele do...

Secretário:

[*interrompendo*]:

Agora o que vai ocorrer, Delegada? Vêm mais ataques por aí esta noite?

Delegada Klein:

Entenda, Chefe, existem ordens expressas, vindas do crime organizado, para mortes em peso, uma delas, pelo que sabemos, terá lugar numa esquina bastante movimentada na Zona Norte da Capital depois de amanhã. Um ataque grande, indiscriminado.

Major Lima:

Qual esquina?

Secretário:

Ou seja, um atentado mesmo.

Delegada Klein:

Bomba e rajadas, pelo que sei. Depois, em três dias, prometem começar mesmo os ataques em série, sanguinários como jamais se viu. Todos a postos, com todas as armas, na maior matança. Vinte e quatro horas de ataque a tudo e a todos. Suicidas, se necessário for. Palavras deles.

Major Lima:

[*Em volume mais alto*]

Mas em qual esquina?

Secretário:

[*À delegada*]

¹ Refere-se ao caso “Caribbean Dreams”, publicado em RODRÍGUEZ, Víctor Gabriel, *Laboratorio de Direito Penal*, São Paulo: Editora Almedina, 2014

E o que eles querem para parar os ataques?

Delegada Klein:

A primeira exigência é a troca de Presídio do *Miolo*, um dos chefes deles. Foi com Miolo que conversei. Depois, pedem uma fuga espetacular, de helicóptero, do Presídio-Modelo de um assassino aí, que eu nem tinha ouvido falar, mas que está em segurança máxima. Eles pedem isso como demonstração de poder, é normal. O nome do rapaz é...*[Parece ler algo anotado na palma de sua mão esquerda]* Jessé Joaquim Menezes. Conhecido como "Doguinho". E...

Major Lima:

[Interrompendo]

Pois que voe um helicóptero sobre o presídio e nós o abateremos como a um pernilongo. De preferência, com o tal "Doguinho" dentro, pra poupar projétil.

[Alguém bate à porta. Duas batidas rápidas].

Secretário:

Adiante!

O vídeo faz um close na porta. Quem a abre é o próprio Governador, um homem gordo, com cerca de sessenta anos, trajando terno azul marinho e gravata de listas vinho e azul. Sim, a definição do vídeo permite ver até as listas da gravata. Ele entra rápido para cumprimentar o Secretário, e todos se levantam quando o veem, surpresos. O Governador faz sinal para que duas outras pessoas o sigam. Um deles é o Coronel Pontes, 62 anos, que veste farda, e o outro será identificado como Professor Calatrava, que tem 91 anos, veste paletó xadrez de lã e calça de veludo bege. Usa óculos grandes com lente escurecida e anda com alguma dificuldade, valendo-se de uma espécie de muleta de metal leve que segura com a mão direita e que vai até o antebraço, na altura do cotovelo. O Secretário ergue os braços, em sinal de ovação, ao reconhecer o visitante:

Secretário:

Professor Calatrava! Vossa Excelência não é uma surpresa, é um presente divino!

O professor vai se aproximando para abraçar o Secretário. Sua voz é baixa, mas muito grave:

Calatrava:

Ora, Júlio, deixe pra me chamar de Excelência quando eu for mais velho. Somos antigos conhecidos.

Secretário:

De toda a vida. O senhor é a minha referência jurídica. Tudo o que eu aprendi nos bancos da Faculdade devo ao senhor!

Calatrava:

Não sei se isso é exatamente um elogio.

Secretário:

Professor, eu lembro de cada palavra de suas aulas. E é incrível, o tempo não lhe passa, olha que jovialidade!

Calatrava:

E você não perde mesmo o vício de ser falso. Eu estou um caco. Fiz as contas ontem, e, para permanecer vivo, devo ingerir onze comprimidos ao dia. Rim infeccionado, músculo do coração com não sei o quê, coágulo não sei onde. Me olho no espelho e vejo uma múmia de muleta.

Secretário:

Mas se queixa com a energia de um jovem de quinze anos. Um cérebro lúcido, é o que importa.

Calatrava:

Isso é verdade. Cheguei ontem mesmo de Paris.

Enquanto corria o diálogo, podia-se ver em segundo plano o Coronel Pontes cumprimentar a delegada com um seco aperto de mão, reservando à major a saudação militar. Não se dirige ao Secretário. Enquanto isso, o Governador vai à mesa à esquerda, de reunião, puxa uma cadeira e, sem sentar-se, abre o pote de cristal, que faz barulho.

Governador:

Atrasei-me porque estava no telefone com o próprio Presidente da República. Problemas do nosso partido, sabem como é - partido muito poderoso cria disputas internas, mas para isso há solução. O Presidente é um amigo de muitos anos, conheço-o como a palma de minha mão: ele fica nervoso, mas amanhã passa tudo. A gente só tem que acalmá-lo, senão toma atitudes impensadas, quando vê já se arrependeu. Protege muito os amigos, sinal de um bom coração. *[Para o Professor Calatrava]*. Sente-se aqui à mesa, Professor. Júlio, eu resolvi descer com eles porque liguei pessoalmente pra sua secretária e ela me disse que vocês estavam aqui.

Secretário:

Só isso ela disse?

Governador:

Contou que a mãe dela tinha trazido da chácara seus biscoitos de polvilho, e que me os levaria ao gabinete, porém eu baixei correndo. *(Com a boca cheia)*. São os melhores biscoitos do mundo. Pena que, sem um cafezinho, não desce goela abaixo.

Secretário:

Eu peço café.

Governador:

Enquanto isso, falemos de amenidades. Eu visito a casa do Professor Calatrava há mais de quinze anos, sabiam?

Calatrava:

Sim, desde meus tempos de juventude, quando eu tinha meus setenta e cinco! Sou um pobre colecionador de velharias.

Governador:

O Professor Calatrava tem a coleção de canetas *Genève* mais reconhecida do mundo.

Calatrava:

Das Américas. *(Tosse com força)*. Perdão. Na Europa está a coleção da fábrica, que talvez valha mais. Ainda que só eu tenha dois exemplares que sequer a fábrica possui, porque são dos anos 20, e o depósito deles foi pilhado durante a Grande Guerra². A Segunda.

Governador:

Vocês imaginam quanto a fábrica oferece só por essas duas canetas?

Calatrava:

Fortunas, mas para mim é pouco. Quanto vale o prazer de receber em minha casa as maiores autoridades do mundo, oferecer-lhes um vinho do Porto e discutir veleidades enquanto eles admiram minha coleção? Sem minhas canetas, Governador, eu não te haveria conhecido, e decerto não estaria hoje nesta sala.

Secretário:

E quando o Professor vai me convidar para tomar o tal vinho e ver essa coleção? Eu nem sabia dela!

O ancião pensa um momento. O Governador come já come os biscoitos.

Calatrava:

Bom, depende de dois fatores. Primeiro, de que você goste de canetas e estude algo delas, do contrário pensará que são velharias. Depois, precisa esperar um pouco porque o móvel em que eu as mostro está restaurando. A apresentação é importante. Eu as mostro em um baú que ganhei do Professor Meleno, quando me fiz Catedrático. É do século XVI, com uma pintura da guerra da Reconquista. Eu pus

² Veja-se referência ao personagem e a sua chegada de Paris em: RODRÍGUEZ, Víctor Gabriel, *O Caso do matemático Homicida*, 2ª Edição, SP: Almedina, 2016

um vidro dentro, então quando acendo a luz que está sobre o baú e o abro, aí estão todas as canetas. Ao fundo, som de Mahler. É todo um ritual.

Coronel Pontes:

É bonito ter uma coleção assim. Infelizmente, inacessível para o soldo de militar.

Calatrava:

Pois não pense que gastei tanto nelas. Ganhei a primeira do meu pai, quando me formei, então fui comprando uma a uma. É uma arte. Individualmente, ainda mais há sessenta anos, elas não valiam muito. O que vale...

Governador:

[Alça os braços para interromper]

Professor, poupe suas palavras ao Coronel. Ele simplesmente está insinuando que ganha pouco, pra eu aumentar o soldo. Como se me fosse possível, com esse orçamento...

De imediato batem à porta e entra a copeira, uma senhora de idade, com uniforme azul marinho e branco. Empurra um carrinho com dois bules de prata e diversas xícaras, pequenas e grandes. Nota-se que ela sorri muito.

Copeira:

Café, café com leite? Acabo de passar, em coador de pano. Como Deus manda.

Coronel Pontes:

Como uma militar de nosso Estado: instrumentos velhos, obsoletos, pouco eficientes, mas muito amor à causa! O café deve estar uma delícia. Parabéns, minha senhora.

Governador:

Sentamos todos aqui para o cafezinho, pode ser?

Secretário:

Que tal se fizermos a reunião já nesta sala? Meu material está por aqui, eu mando preparar a mesa.

Governador:

[Com a boca cheia].

Por mim, perfeito.

A secretária entra e a arruma a mesa para a reunião, o Governador coloca-se à ponta, ao lado do Coronel e do Professor. Sobre a mesa, apenas folhas e o jornal do dia.

Governador:

Primeiro eu queria dizer que eu trouxe aqui o Professor Calatrava porque eu achei que, além de ser uma grande alegria pra nós, é uma fonte neutra de reflexão. Um homem que conhece a justiça e a política, e está vendo esta guerra por fora. Então nos traz oxigênio. Nem preciso falar quantos anos o Professor esteve na política, nos tempos da ditadura, e ainda assim é um dos mais respeitados pensadores do País. Sua coluna na revista "A Semana", mestre, é inigualável.

Calatrava:

Você lê minha coluna?

Governador:

Claro! *[Faz uma pausa]*. Na verdade, não leio diretamente. Mas sempre sei dos comentários gerais, dos mais ilustrados.

Calatrava:

Pelo menos és sincero, Governador. Claro, sincero à maneira como somos os políticos: "Leio tua coluna, embora não diretamente" é uma frase pra prêmio. Falando nisso, hoje eu tenho que escrever sobre esses ataques, pra revista. Nunca vi algo assim.

Governador:

Já falaremos disso, Professor. Como eu dizia, o professor tem a maior discricção, apesar de não mais ser um homem do governo. Embora eu não pertença à área jurídica, professor, sou político e digo: a garantia da manutenção da discricção é a maior qualidade do homem de Estado.

Calatrava:

Eu escrevi: "Há coisas que se pensam e não se falam. Há coisas que se falam mas não se escrevem".

Secretário:

Ou não se gravam, Professor.

Governador:

Por favor, Júlio, sem insinuações conflitivas agora. Estamos em uma crise sem precedentes.

Calatrava:

E as eleições estão aí, à volta da esquina.

Governador:

Também tem isso. Mas, vamos, não é o principal. O relevante é a sociedade.

Calatrava:

Sei.

[*O Secretário toma seu café, que aparentemente lhe queima a língua, e fala*]:

Secretário:

Governador, quero poupar vosso tempo e serei breve. Não sei se o senhor sabia, mas eu desconhecia totalmente, e isso me entristece: ontem um policial foi eliminar um traficante. Assassiná-lo, para falar em português. Sem que eu tenha a mais mínima ciência, os grupos de extermínio estão aí ativos. E outros nesta mesa sabem disso, e estão dando ordens. Ninguém me comunica nada. Porém não vou discutir aqui minha situação como Secretário, ok? Não vou dizer que estou por um fio porque respeito direitos humanos. O fato é que houve uma ação mal elaborada, porque um policial tombou um traficante dentro de um hospital, diante de muitos, e agora o crime organizado está em demonstrações de força, em uma série de atentados que, pelo que levantamos, está apenas começando. *Just the beginning*. A imprensa já falou isso hoje, e até o homicídio inicialmente frustrado do tal traficante está nos jornais.

Calatrava:

[*Virando-se inteiramente ao governador*]

Governador, o senhor tinha ciência dessa ordem de extermínio?

Governador:

Por favor, Professor, essa é uma questão delicada.

Calatrava:

Delicada ou não, eu preciso saber, pra intervir em alguma coisa. Caso contrario, posso dar algum conselho errado, se é que meu conselho interessa.

Governador:

[*Habilmente passando o braço sobre o ombro do professor*]

Professor, o senhor vai ser chamado a opinar mais de o que imagina, muito mais. Sua presença não é inútil. Aliás, tendo sido o professor predileto do nosso Secretário de Segurança, tenho certeza de sua origem humanística.

Calatrava:

O Júlio na verdade não era de muito estudo jurídico. Mas sempre foi inteligente, e um bom leitor de ficção, reconheço.

Governador:

Imagino. Para lhe responder, Professor: eu sabia da ordem porque o Coronel se reportou a mim diretamente. E concordei com ela, pois não cogitava que o plano pudesse falhar. Era um traficante perigosíssimo, pelo que sei haveria uma festa e ele poderia ser eliminado, com toda a aparência de que

houvera uma briga de bandidos bêbados e drogados, algo assim. As informações davam conta que esse traficante, que acabou morrendo no Hospital, era responsável por torturas e estupros, tribunais do crime, e por mandar matar pelo menos sete policiais. E comandava uma trupe de assaltantes, que provavelmente assassinaram aquela menina que estudava medicina. Faz um mês, o senhor lembra?

Calatrava:

Não, não lembro. Cada dia é uma.

Governador:

De qualquer maneira, eu sou um homem de Estado e tomo decisões.

Secretário:

Governador, o senhor é a máxima autoridade. Mas não acho justo que ações como essa passem longe do conhecimento da Secretaria de Segurança Pública. O senhor poderia nomear um secretário militar, não há problema. Repito o que já lhe disse: meu cargo está a teu dispor.

Governador:

Júlio, não exagere, só porque estamos diante do Professor. Eu ia lhe comentar isso depois. *[Para o Calatrava]*: Sabe, Mestre, houve um pequeno desentendido entre o Secretário e o Coronel, mas são coisas do passado. Os dois são peças imprescindíveis na segurança do Estado. O senhor, como homem experiente, pode dizer a eles o quanto é importante que o Governador – eu, no caso – cerque-se de pessoas de confiança. Eu não abro mão de qualquer dois dos dois. Nenhum deles. Fui claro, Secretário? Está claro, Coronel? Então prossiga.

Secretário:

Prossigo, por obediência ao senhor, autoridade máxima entre todos nós. E civil. Prossigo sim: por causa dessa ação desastrada... Bom, pelo que seja. O fato é que a Delegada Klein, que sempre traz informações comprovadas e é muito criteriosa, me comunica agora que o crime organizado planeja vários ataques na cidade para a noite de quinta feira. Não conseguiremos controlar, e existem vidas em jogo.

Calatrava:

E uma campanha política em andamento.

Secretário:

A questão é que a Delegada Klein tem uma capacidade de diálogo com esses marginais, e eu creio que é o momento de negociar uma trégua, ao menos para evitar as mortes desses dias. Mortes que virão, certamente, se não agimos.

Coronel Pontes:

Com bandidos o governo não pode dialogar. Todos sabemos disso. É um princípio da democracia, que todos sejam tratados igualmente, então os mais criminosos não tenham privilégio.

Secretário:

[Ao governador:]

Porque temos que reconhecer, no mínimo, que esses ataques são reação a uma ação também ilegítima. E nós estamos em uma situação excepcional, de perda de controle.

Coronel Pontes:

O senhor é quem menciona “perda de controle”, que isso fique bem claro.

Secretário:

Policiais Militares aquartelados no meio da madrugada, escondidos detrás de carros e muros, por medo de serem metralhados por cidadãos livres, é um estado de perda de controle, Coronel. Que alguém me corrija se eu estou errado, mas se o senhor acha isso normal, precisa rever conceitos sobre soberania e atuação militar.

Major Lima:

[Colocando-se desafiadoramente frente ao Secretário]

O senhor meça suas palavras em relação às nossas tropas.

Governador:

Perdão, Major, mas aqui não é hora de medir palavras.

Major Lima:

[*Ao Governador*]

Não preciso medir palavras? Então digo: estamos sim aquartelados, porque os senhores, civis, não nos deixam agir. Me dê uma única ordem, Excelência, uma única permissão, que me reconheça que estamos em guerra, e verá se um de nós foge à luta. Verás, Governador. Malditos hipócritas.

Governador:

Talvez possas te conter um pouquinho, sim, Major. [*Para a Delegada:*]. Delegada, como tem sido essa negociação com os presos?

Delegada:

A Polícia Civil tem informações em todos os lados da cidade...

Major Lima:

Nós também temos!

Secretário:

Até demais...

Governador:

Vamos ouvir a Delegada, ok? Prossiga, por favor.

Delegada:

Então nossos investigadores recebem recados dessas propostas, muitas vezes nas próprias delegacias. [*Ouve-se um forte e lento suspiro dado pela Major Lima*]. Nesse caso, porém, houve alguma coisa inusitada. Bastante inusitada.

Governador:

O quê?

Delegada:

Eu relatava agora mesmo ao Secretário e ao Coronel: um carcereiro recebeu o recado do *Miolo*, traficante que reconhecidamente tem lugar de destaque no crime organizado do Estado. Ele disse que poderia negociar uma trégua, e isso foi minutos depois da morte das três civis no ônibus. Nesse meio tempo, nossas informações davam conta de que já corria ordem de alerta para os marginais do crime organizado. Um "salve". Uma interceptação nossa captou uma ordem de "Alerta Geral: a maior ação vem por aí. Gigante". Eu comuniquei ao Secretário, ou melhor, pedi autorização e fui ao encontro do preso, já na madrugada.

Major Lima:

[*exaltada*]:

Isso é obsceno! O marginal chama, e a polícia corre pra conversar! Essa senhorita é uma autoridade ou um *poodle* dos traficantes? Quer um Biscroc?

O Secretário dá um sonoro tapa na mesa. A delegada permanece impassível, olhando o Governador.

Governador:

Coronel, determine a sua subordinada que deixe a sala e nos aguarde lá fora. Imediatamente. [*O Coronel dirige o olhar à Major, que assente com a cabeça. A Major levanta-se, retira o quepe, faz continência, bate os calcanhares das botas no tapete persa e sai da sala. O Governador prossegue*]. Sentiu o peso do ambiente, Professor? [*Para a delegada:*] E como foi o diálogo, Doutora Klein?

Delegada:

Eu contava agora ao Secretário. Eles querem uma fuga de um assassino importante, que eu entretanto não conhecia, um tal de "Doguinho". Exigem uma fuga cinematográfica. Além de fuga de outros marginais, e garantia de dois meses sem a entrada das forças militares mais rígidas em alguns bairros onde o narcotráfico está muito lucrativo. Mas a negociação está começando apenas.

Coronel Pontes:

É tudo que eles querem, que nós não entremos. E quem lucra com o narcotráfico? Tem gente muito importante por detrás. Não acha, Secretário? [*ri, para tentar chamar a atenção, mas o Governador está olhando para outro lado*] Pois eu prefiro não entrar, a entrar em bairro de traficante com ordem expressa do Secretário pra não eliminar quem está portando arma das Forças Armadas. Outro dia, entramos, e eu cumpri essa ordem. Deu no Jornal Nacional, você lembra? A polícia entrando e os bandidos desfilando de fuzil, na nossa frente. Um deles, que comanda o tráfico lá, eu sei bem quem é o sujeito. Lembro da cara dele, olhando pra gente, portando fuzil e dando risada. Não houvesse tanta imprensa nos acompanhando, o sujeito estava rindo com Satanás agora.

Governador:

[*voltando à conversa, demonstrando que estava distraído:*]

Coronel, não desviemos de assunto. Ninguém fechou nenhum acordo ainda. Delegada, há alguma informação a mais?

Delegada:

Volto lá mais tarde para baixar o nível de exigências e mantenho o Secretário a par, ele conta ao sr. Governador. Já que o Coronel tocou no assunto, algo sim disseram sobre esse sujeito, do fuzil. Ele anda escondido na favela, com muito medo.

Secretário:

O que houve, que não estou sabendo?

Delegada:

É o Perverso, doutor, um traficante. Ele sempre anda de fuzil na favela que comanda, é assim. Aí um dia a polícia subiu lá, porém obedecendo a ordem que o senhor havia dado, de que ninguém fosse alvejado se não reagisse. Mesmo os que portassem armas pesadas. Bom, ele, claro, sabia da ordem e sabia que a televisão acompanhava a entrada, e então resolveu abusar, desfilava com seu fuzil diante dos policiais. Isso foi filmado pela rede de TV, aí foi aquele alarde.

Secretário:

Sim, da reportagem eu lembro.

Coronel:

[*tentando captar a atenção do Governador*]

Sem a imprensa, teria virado purpurina. É a moral de todos nós que ele ofendeu, Excelência, será que ninguém vê isso?

Delegada:

[*continuando*]

Pois é isso que eu ia dizer, Secretário. A ação foi humilhante para a Corporação, e os bandidos sabem disso. Têm noção que ele será morto pelos grupos secretos de extermínio, como aquele Sargento que matou Mum-Há. Então querem uma salvaguarda da vida do Perverso. Querem que ele não seja morto.

Coronel:

Então que se entregue em sua delegacia, com as mãos pro alto e os fuzis a teus pés, doutora! Por que esse anjinho-do-fuzil não faz isso? Ora essa! Ele fica lá, ameaçando todos os milhares de moradores da favela, todos eles cidadãos, todos eles vossos eleitores, e está tudo bem? Enquanto ele estiver portando arma de guerra, será alvo principal. E se me disserem que querem preservar a vida dele, ele será primeiro alvo.

Delegada Klein:

[*ignorando*]:

Ah, e, como condição final, o tal Miolo, o que negocia comigo, exige pra si mesmo uma remoção de presídio. Quer ir pra segurança média.

Coronel Pontes:

[*irônico:*]

Talvez esse preso tenha razão, o serviço de quarto não deve estar adequado no hotel em que ele cumpre pena. Ele quer ir para uma penitenciária de quantas estrelas? E por que não lhe promovemos uma fuga de helicóptero também? O Secretário poderia pedir emprestado outra vez o helicóptero do bicheiro,

não³? Desculpe, Governador, mas as fronteiras do razoável estão sendo ultrapassadas. Somente sigo aqui em obediência a Vossa Excelência, mas tenho certeza que a Major Lima está melhor lá fora, poupada de ouvir descabimentos como esse.

Secretário:

Governador, eu quero esclarecer que autorizei essa conversa na prisão porque estão em jogo vidas de vários civis, e as informações quanto a isso são muito solventes. Esses ataques matam principalmente os mais pobres, os que vão trabalhar nos ônibus que se incendiam, os operários que tomam uma cerveja depois de suar o dia todo na obra e acabam levando uma bala na cabeça, de uma motocicleta que passa a toda velocidade e desaparece nas ruelas. Eu pela manhã busquei o senhor pra lhe avisar sobre essa conversa da Dra. Klein, mas não o encontrei, não queria falar por telefone.

Governador:

Fez muito bem, Secretário. Delegada, me diga uma coisa: na sua opinião as ameaças são sérias? Existe a possibilidade de blefe?

Delegada Klein:

Com a devida vênia, Governador. Pergunte ao militar se ele acha a ameaça séria ou não. O potencial de armas desses bandidos é gigantesco e a comunicação, imediata e incontrolável.

[O governador mira o Coronel:]

Coronel Pontes:

Tirando o "incontrolável", de acordo. A ameaça é séria sim, gravíssima. Mas, como bem declarou nossa Major, nós não a tememos.

Secretário:

O senhor é um militar, porta uma 45 e tem sempre uma mini-tropa que lhe acompanha. Sem falar nos Arapongas. Não é uma empregada doméstica em um ônibus superlotado que começa a pegar fogo.

Coronel Pontes:

[fala devagar, porém firmemente:]

Sua declaração é tremendamente injusta. Todos nós participamos de qualquer missão contra o crime organizado e nos arriscamos muito mais do que o senhor imagina. A Major Lima, que está aí fora, é a primeira que entra em combate, de peito aberto diante dos criminosos, e sempre a última a deixar o front. Já foi condecorada várias vezes por bravura e tem ao menos duas balas alojadas pelo corpo. Falar sem nunca haver estado na linha de tiro é muito fácil. Nós colocamos nossa vida em risco em vosso nome, Secretário, e estamos dispostos a fazê-lo a todo momento. Por favor, não se esqueça disso.

Governador:

Então eu decido que a situação é urgente. Uma atitude tem que ser tomada nesta sala, neste momento. Temos no máximo cinco minutos para fixar uma decisão: ou seguimos a negociação e tentamos baixar as exigências, ou a Delegada manda um sonoro “foda-se” ao preso, e aí nos preparamos de imediato para uma guerra em que haverá muitos caídos.

Calatrava:

[Tosse alto, interrompendo a todos, que o olham preocupados. A tosse dura bastante:]
E depois?

Governador:

Nessa segunda hipótese, temos que seguir no método do Coronel. Assim, teremos de eliminar essas lideranças, uma por uma, de modo cauteloso. Se o serviço é bem feito, a imprensa nunca criticará. A imprensa adora a morte de um bandido.

Secretário:

À margem da lei. E, como é ele mesmo um marginal, ninguém perguntará por ele.

³ Vide caso 09. N. do A.

Governador:

Secretário, não complique a reunião, com tua inequívoca retórica. Negociar com bandidos também não é exatamente legal, é? [*Levantando-se de repente*]. E agora, a minha verdadeira surpresa [*faz uma pausa, pra gerar expectativa*].

Secretário:

Ai, ai. As surpresas do Governador.

Governador:

Sou um jogador de cavalos de toda a vida. Sei que a emoção é parte dos grandes feitos. Pois bem. A decisão sobre atender ou não o pleito dos encarcerados (gostou da retórica, Secretário?) sairá deste gabinete em cinco minutos, mas eu o deixarei imediatamente. Tenho outros afazeres. Quem vai decidir qual caminho seguir é a nossa autoridade máxima em governo civil: o Professor Calatrava.

Calatrava:

Eu?

Governador:

Quem mais? Está na hora de colocar em prática todas vossas aulas, professor. Tuas filosofâncias, tuas máximas romanas, teus princípios de tablado de Sala de Aula, mas agora com nota de responsabilidade. Sim, desculpe dizer, mas falar no tablado da sala de aula é fácil, porque não há contradição com a realidade. No máximo, com um aluno impertinente.

Eu sugiro o seguinte: dois minutos de fala ao Secretário e à Delegada. Logo, dois minutos ao Coronel e à Major, quem eu já determino que entre. E aí a decisão, da qual eu devo ser comunicado de imediato, apenas com essas palavras: (*olhando o Coronel e depois a Delegada*) "ação" ou "trégua". Decisão indeclinavelmente tua, professor, e rápida porque temos prazo em qualquer das hipóteses. Além do mais, é sob pressão que nascem os diamantes. Meus biscoitinhos de polvilho e eu estamos de saída.

[*Deixa a sala, com a mão cheia de biscoitos. A Major Lima entra e senta-se.*]

Calatrava:

[*olha para sua muleta de metal. Ajeita os óculos. Retira o relógio que leva no pulso e o põe diante de si. Nota-se que a Delegada Klein retira um pequeno bloco de anotações do bolso da jaqueta*]

Querem um tempo ou preferem começar já a falar? [*Todos se mantêm em silêncio*]. Secretário e Delegada, desobedecerei o Governador e darei três minutos. Em conjunto para ambos. Os senhores tem a palavra.

Secretário:

[*olha o relógio e pronuncia sua fala, formal:*]

Pois bem. Esta semana morreram mais de dezoito só na capital e, como disse a Delegada, o poder deles é incontrolável neste estado de coisas. A trégua não seria uma rendição, seria apenas uma forma de evitar mortes, inúmeras, que ademais somente serviriam como prova de força aos delinquentes e fraqueza do Estado. E creio que conseguiremos boas condições de negociação, sem helicóptero, talvez sem fugas. Somente o diálogo dirá. Umhas semanas mais e removemos os líderes, tomamos atitudes mais duras em outros bairros, jogamos com inteligência nos próprios conflitos deles, entende? Assim, Professor, respeitamos todos os direitos. Porque, como o senhor textualmente me ensinou em sala de aula, a vida de um único ser humano vale todo o trabalho do Estado. Quando o Estado quer salvar vidas, não está abrindo exceção no ordenamento jurídico, está respeitando um princípio nuclear dele mesmo. O centro do Estado é o ser humano, não é isso? Algo a acrescentar, Doutora Klein?

Delegada:

Apenas que farei o senhor determinar, chefe. Se me permite dizer alguma coisa, sem querer defender ninguém: a condição do presídio em que estive visitando o tal Miolo é de fato desumana. Eu andei por lá e falei com ele sobre isso. Nem um rato merece ficar naquelas condições. É a partir dessas jaulas imundas que nasce o crime organizado, é uma reação natural, não necessariamente fruto de uma alma desqualificada e maldosa.

Calatrava:

[*olhando novamente o relógio, sobre a mesa:*]

Abrem mão dos segundos restantes, imagino. Ouvi com atenção. Coronel, Major, seus três minutos.

Coronel:

Não há muito o que argumentar. Em Estado de Direito não se negocia com o crime. Somente em caso de guerra declarada, e para isso é necessário, salvo engano, reconhecimento do Presidente da República e do Senado. Não é isso? Eu li a Constituição, sabem? E é também da nossa lei – corrijam-me qualquer equívoco - um princípio de defesa, que me permite prescindir de algumas vidas de bandidos caso eu salve outras, muitas outras, de cidadãos que pagam impostos e velam pela paz. Eu sou um legalista, não um assassino.

Secretário:

Gostaria de ver onde está tal princípio na Lei. Talvez sua Constituição seja diferente da minha, Coronel. Preciso comprar uma edição mais atual.

Calatrava:

Secretário, o senhor teve sua vez. Coronel, seu tempo continua.

Coronel:

Terminei, e a Major está dispensada da palavra.

Calatrava:

Apenas pergunto: entre os senhores, não surge um meio termo?

Coronel:

Não.

Secretário:

Com Direitos Humanos não é possível flexibilizar.

Coronel:

Os Direitos Humanos dependem da vigência de um Estado.

Calatrava:

Muito bem. Vejo que terminaram vossa fala mesmo. O resto são retruques que não nos levam a nada.

O Professor tenta levantar-se e a Major Lima percebe seu esforço. Logo lhe ajuda a ficar em pé, com a muleta. O professor caminha pela sala e a câmara, de alguma forma, o segue. Ele vai até o outro lado, apoia-se na poltrona ao lado da mesa de xadrez. Para. Toca nas pedras sobre o tabuleiro, mova-as, volta a colocá-las no mesmo lugar. Reflete enquanto anda ainda um pouco, e fala bem baixo "Eu vou poupá-los de minhas meditações", mas parece que ninguém entende bem o que disse. Volta à mesa, deixa a muleta e senta-se. A câmara dá um close em seu rosto. Ele leva as mãos à frente da boca e medita mais um instante.

Calatrava:

Acho que os senhores devem tentar imaginar o que me passa pela cabeça. (Tosse). Perdão. Penso em concepções filosóficas de Estado. Se é um contrato, se é um monstro domável, se é algo natural da necessidade humana de comunicação. Essas coisas.

Secretário:

É a expectativa da vossa resposta que nos tortura.

Calatrava:

Claro. [Ajeita os óculos no nariz e junta de novo as mãos]. Coronel, é hora de ação. Secretário, me desculpe. Eu refleti o melhor, mas a decisão era difícil. Recentemente, um homem me ensinou muito sobre leis não escritas⁴.

Pausa. Todos se entreolham, mas a câmara fecha no rosto da Delegada, logo do Secretário.

⁴ Vide *El caso del matemático homicida*.

Secretário:

Perfeito, Professor. (*Levantando-se*). Peço que os Senhores me deixem agora, porque tenho que preparar uma carta pedindo minha exoneração. Volto a meus bancos de advocacia para lembrar um pouco de suas aulas, mestre. Eu sempre achei que elas expressavam seu real convencimento.

Delegada:

Pois eu espero muita sorte nessa batalha, senhores. O Crime Organizado é um monstro gigantesco, que não se destrói em um uma tomada de assalto militar, de fim de semana. Mas essa é apenas minha opinião.

Calatrava:

Opinião que me dá direito à réplica, doutora, já que sou o autor da decisão. O inimigo sempre te parecerá gigante enquanto estiveres de joelhos. Essa frase não é minha, certo? Levanta a cabeça, e o inimigo não será tão imenso assim.

Coronel:

(*Já de pé, dirigindo-se em alta voz à Major Lima*):

Major, oficialmente o Secretário demissionário é ainda nosso superior nesse tema específico, então lhe dou a ordem diante dele: os principais líderes, presos e não presos, devem ser finalizados em três dias no máximo. Todos os mencionados aqui devem ser solucionados: Sujeito, Hot-Dog, Miolo, Casca, Pãozinho, Perverso, Converso, quem seja. Mas, de preferência, por mãos mais competentes que as do teu sargento invasor de hospitais. Ordem clara?

Major Lima:

Sim, senhor.

Secretário:

Eu não me julgo competente em ordens de extermínio, absolutamente ilegais. [*Estranhamente, vira-se para a câmera*] Tenha-se certeza: desta sala estão saindo, neste momento, ordens de homicídio, especialmente de alguns bandidos já nominados, e não se sabe de outras quantas lideranças do crime organizado, que deveriam ser presas em vez de assassinadas. Para mim, isso é incompatível com meu cargo. Na dúvida, confirmem isso com nosso catedrático. Pelo sim, pelo não, minha demissão vige desde já.

A Major bate as botas com força. O Professor tosse profundamente. O vídeo se apaga.

- III -
As consequências

Fato é que, no dia seguinte ao diálogo, dia **12 de julho**, ocorre uma série de assassinatos dentro de presídios. Não existe maior documentação que esta que adiante se apresenta, inclusive com laudos:

a) Um informe oficial dá conta de que o preso Jessé, conhecido como “Doguinho”, minutos depois de fazer uma refeição que lhe foi servida na própria cela, é conduzido à enfermaria com forte desidratação, e vai a óbito antes da chegada da ambulância que o levaria a um hospital. Laudo necroscópico dá conta de que há indícios de envenenamento por ingestão de cicuta, mas a sindicância aberta no presídio não é conclusiva acerca da autoria. Abre-se um inquérito, que é arquivado em outubro daquele ano, sem provas relevantes. No relatório final que faz a autoridade, opinando pelo arquivamento, encontra-se esta frase: “Ouvimos todos os possíveis envolvidos: carcereiros, cozinheiros, ajudantes de cozinha, presos que poderiam ter passado pelo refeitório, transportadores da parte dos alimentos que já vinha semi-pronta para o consumo. Foi impossível determinar um indício sequer que aponte um autor específico. Apesar das aprofundadas investigações.”

b) Em uma briga no pátio da penitenciária no mesmo **12 de julho**, Homero José, o *Miolo*, é assassinado a golpes de faca improvisada, no início da tarde, por um preso de alcunha *Coisaruum*. Coisaruum, flagrans pelo crime, confessou o delito em sindicância e em inquérito policial. As testemunhas que estavam no pátio da penitenciária foram ouvidas e disseram sempre o mesmo: quando se deram conta, perceberam uma discussão e viram Coisaruum já esfaqueando Miolo. Logo os agentes penitenciários imobilizaram o assassino, mas o agredido já tombava morto ou quase morto. Declaram todas as testemunhas não conhecer em absoluto os motivos do crime. Coisaruum aguardava julgamento por mais esse fato, quando foi divulgado o vídeo do Governador. Foi então chamado a depor nesse específico processo.

c) Sobre o que aconteceu nos dias seguintes, vale ler a reportagem preparada pela revista semanal de maior circulação no País, publicada no domingo, dia 22 de julho.

Revista A Semana:

“A capital de um dos Estados mais importantes do País viveu sete dias de terror quase absoluto. Tudo começou com uma revolta que, por sua vez, originou-se do assassinato de um narcotraficante dentro de um hospital. Houve revoltas na madrugada de terça para quarta-feira, dia 11, e na mesma noite o Secretário de Segurança Pública apresentou sua demissão, sendo então substituído interinamente pelo Coronel Pontes, que consta ser um grande conhecedor da segurança da capital. Os ataques cessaram até a madrugada do dia 14, sexta-feira. O recomeço desses ataques teve como causa, segundo fontes, a morte não explicada de dois traficantes dentro de presídios, que seriam lideranças na facção: Jessé, conhecido como *Doguinho*, que teria sido envenenado pela comida no Presídio Modelo, e Homero, alias *Miolo*, morto a golpes de faca por um colega de penitenciária. Na mesma sexta-feira, ao menos seis veículos, dois carros e quatro motos, metralharam a esquina onde está o bar Berlimbau, na Zona Norte da cidade, lugar conhecido e movimentado da classe alta. Nada menos que dezenove pessoas foram baleadas, e quatro jovens morreram. A polícia perseguiu todos os veículos que fizeram o ataque, segundo a versão oficial, e apenas uma moto escapou. Os bandidos responsáveis pelo atentado, também segundo a mesma versão, foram mortos por reagir a tiros, exceção, claro, feita ao motoqueiro foragido. De fato, tiros de fuzil atingiram a viatura que primeiro se aproximou ao local, levando à morte da Major Lima, com quase trinta anos de instituição e várias vezes condecorada: “Uma perda irreparável de uma amiga pessoal, mas, antes, alguém que nasceu com espírito de herói e morreu como tal”, declarou o Secretário de Segurança interino.

>> Os seguintes dias foram de atentados e violência em toda a cidade. Ônibus queimados, ataques a postos da polícia, toques de recolher. Na segunda

e terça-feira seguintes, a cidade estava um deserto e os atentados continuaram, com ao menos nove outras mortes de cidadãos comuns: quatro em incêndios de ônibus (e duas outras pessoas que seguem com queimaduras graves); um baleado diante de um banco cuja fachada foi também metralhada; duas mulheres - uma delas, grávida de seis meses - por conta de um muro que desmoronou após a explosão de uma bomba caseira nos arredores de uma delegacia de polícia; e um casal de psicólogos que também teve o carro atingido por disparos de fuzil, em um cruzamento. Houve também sete mortes de suspeitos integrantes da facção criminosa, e dois policiais tombados. Um destes, baleado pelas costas quando chegava a casa.

>> A reação não tardou em vir. Na última quarta-feira, em uma ação conjunta entre todas as polícias, sete bairros da periferia foram ocupados pelo Estado. O efetivo militar e civil, com mandados judiciais, adentrou a casas de pretensos traficantes e líderes do crime organizado, revistando comunidades inteiras. Já na noite de quinta-feira, a polícia divulgava o número parcial da operação: quarenta e cinco presos, centenas de armas entre revólveres, espingardas, pistolas, fuzis e metralhadoras, incontável munição e quase uma tonelada de cocaína. Sete mortos por reagirem à ordem policial.

>> Apenas na sexta-feira a cidade voltou ao normal, até o momento em que se fecha esta edição. “Não nos enganemos”, declara o Coronel Pontes, Secretário de Segurança Interino, à nossa equipe. “O crime organizado não acabou na metrópole, mas está sob controle. Os bandidos sabem que nossa reação é dura e que não estamos para negociar. As ações policiais continuarão, mas a sociedade já pode desfrutar da paz e da segurança. Segunda-feira todos já podem voltar ao trabalho, como se nada houvesse acontecido, respeitada a condição da família dos falecidos nesse momento excepcional”.

>> Mas o Dr. Lamberto Fratello, advogado que acompanhou a operação em uma das comunidades, é outra: “A invasão policial foi selvagem. Interrogavam a todos com violência, e adentravam em casas sem o menor pudor. O mandado judicial deles era uma brincadeira: dava autorização para invadir qualquer casa da comunidade. Gostaria que o juiz responsável enviasse à imprensa cópia desse mandado, porque os policiais não forneceram a ninguém, apenas o mostravam de longe. Uma cena medieval”. E acrescenta: “Sem dar razão a qualquer reação violenta, é imprescindível que o Estado preste esclarecimentos sobre a morte dos presos. Morrer envenenado pela comida servida no próprio presídio é algo inaceitável. E eu tenho informações fidedignas de que houve extermínio de líderes do crime organizado, que ainda não foram sequer noticiadas. Morte levada a cabo por atiradores de elite, que montaram tocaia para assassinar cidadãos selecionados, sem qualquer aviso ou oportunidade de reação. Estamos diante de uma carnificina oficiosa”.

>> Com abusos ou não, a cidade voltou à rotina já no fim da sexta-feira e até o momento os ataques cessaram. Se contamos a partir da demissão do Secretário Júlio Bandeira (quem, aliás, se recusa a qualquer entrevista), contabiliza-se em números oficiais estas baixas: doze cidadãos civis, três policiais entre civis e militares, e dezoito pretensos integrantes da facção criminosa. Sobre tudo isso, o Governador apenas lançou uma nota à imprensa: “Triste o estado a que chegamos por conta da fragilidade de governos anteriores. Mas agora a situação está absolutamente controlada e os cidadãos tem a polícia como aliada, como nunca antes visto”.

d) No dia 23 de julho, cai na internet um vídeo curioso. Ele mostra dois homens, em um bairro pobre, uma favela. É durante o dia. Nota-se que a filmagem é feita de um lugar alto, e a princípio a cena é da porta de uma casa, que se destaca entre barracos. Saem dois homens, portando fuzil. Olham para os lados, assustados, mas suas armas estão penduradas pela correia, ou seja, eles não as empunham. A cena é muito rápida. Os dois saem. Um deles veste camiseta azul e bermuda grande, vermelha. A definição não é boa, mas daria para dizer que esse tem uns 40 anos de idade; o outro, mais jovem e mais magro, usa calça jeans e camiseta branca. O vídeo

não tem áudio, e há que repassar muitas vezes para saber o que houve: sete segundos após ambos deixarem a casa, pela tal porta que estava sendo filmada, homem de bermuda grande tomba ao chão, como se tivesse tomado um soco forte na cabeça. Não se move mais. O companheiro empunha o fuzil olha ao redor e logo foge, entrando na casa. Imediatamente foco vai para algo muito perto da câmera. Mostra-se um cano fumegante, de rifle apoiado em tripé, e um homem, de capacete e uniforme policial, de atirador de elite, parado, imóvel. A câmera, muito provavelmente um celular, termina o vídeo dando um *close* no escudo costurado na manga da blusa cinza do atirador: batalhão de Snipers da polícia. Outro arquivo, só de áudio, das redes sociais, diz apenas “Olha aí, bandidagem, isso foi no dia do massacre. É o que dá andar de fuzil na nossa cara”. O homem alvejado é identificado como do Clemente Cavalcante, o Perverso. A Polícia Civil diz que seu corpo apareceu jogado na avenida, no dia 21, perfurado com um disparo no parte frontal do crânio, mas que os exames demonstram que o disparo letal ocorrera 48 horas antes, na quinta feira, o dia mais letal da reação policial. Nenhuma arma foi recuperada.

e) No dia 06 de outubro do mesmo ano (antes, portanto, da divulgação do vídeo como furo de reportagem), o Professor Calatrava, com 92 anos de idade, dá entrada no maior hospital da capital, com princípio de infarte. Sua situação se complica porque, ao cuidar do coração, lhe sobrevém um derrame e, poucas horas depois, a morte. O laudo médico dá conta de falência generalizada de órgãos.

e) No dia 06 de fevereiro do ano seguinte⁵, portanto apenas poucas semanas depois da divulgação do **vídeo**, o Presidente da República faz publicar decreto com ordem de concessão de graça, com os seguintes termos:

“Eu, **Presidente da República**, no uso de suas atribuições, após assistir ao vídeo televisionado em 27 de dezembro passado pela maior rede de comunicação deste país, entendendo que se tratou de uma divulgação que coloca em risco a estabilidade política do governo daquele Estado onde se passaram os fatos e, com isso, segurança dos nossos concidadãos, baseado no inc. II do art. 107 do Código Penal, com base no arts. 187 a 193 da Lei 7.210/1984 e demais legislação vigente, e atendendo a pedido do próprio Governador do Estado, a este **concedo**, pelo presente decreto, **graça** ou **indulto pessoal** para que se extinga a punibilidade de qualquer ato que lhe possa ser referido naquele vídeo. Reforço

Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dia 06 de fevereiro do corrente ano”.

⁵ Ano que possa ser o atual, para que se aplique a legislação ora vigente – Nota do Autor.

- IV -
Os autos

Os autos que se iniciaram como inquérito na Polícia Federal para investigar apenas uma pretensa acusação de corrupção na compra de armas e controle de jogo ilegal, por conta do Secretário de Segurança Pública, acabaram por lançar foco no conteúdo do vídeo do Governador que, editado, vazou para uma cadeia de televisão e daí, também, para a internet – provavelmente nessa ordem. O objeto da investigação era, então, o comportamento das autoridades, a partir do vídeo gravado na sala do secretário, e todos os seus efeitos, em especial as mortes comprovadas na reação policial.

Atendendo ao pedido da acusação, o **Superior Tribunal de Justiça** pronunciou-se em conflito de competências, logo que veio aos autos a notícia da graça presidencial:

“Os autos envolvem várias autoridades, sendo a principal delas o Governador do Estado, que conta com foro originário neste Superior Tribunal, motivo pelo qual os autos aqui se iniciaram, desde a fase de controle de inquérito policial. Entretanto, o governador teve, por decreto presidencial, sua eventual pena indultada. Remanesce, nesse sentido, a questão sobre a legalidade desse decreto, de modo, entende-se, intrinsecamente vinculado à prova dos autos. Desse modo, este Superior Tribunal entende ser competência da Corte Suprema o julgamento do mérito penal da questão, que se pode decidir conjuntamente com a legalidade do referido decreto da Presidência da República. Subam os autos ao **Supremo Tribunal**, com as saudações de estilo”.

A Suprema Corte analisa o processo e de imediato decide, de modo simples:

“Trata-se de autos enviados pelo Superior Tribunal de Justiça.

O conflito de competências nasce porque existe uma questão sobre legalidade de um ato de príncipe, do Presidente da República: o indulto concedido ao Governador. Esse indulto está sendo questionado diretamente pelo Ministério Público a este Supremo Tribunal.

Evidentemente, o indulto presidencial é inconstitucional, pois ele não pode atingir crimes hediondos. Mas não há qualquer indício de delito cometido pelo Presidente da República, nem acusação contra ele. Quanto a seu decreto, a ineficácia está aqui declarada, tornando punível o Governador do Estado. Por isso, o ideal é que os autos se façam Ação Penal Originária no STJ, a ser imediatamente distribuída a um Ministro, que será instrutor e relator, podendo, como determina o regimento, designar magistrados de piso para atos de instrução probatória. Devem ser julgados por esse Superior Tribunal todos os homicídios que possam estar relacionados a essa ordem de extermínio, evitando assim a fragmentação de processos e a incongruência em julgamentos.

Voltem os autos ao STJ.”

Com a decisão, os autos seguem no Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista a figura do Governador, como possível réu. E aí se agregam novas provas.

Jeimisdim Oliveira, 28 anos, condenado por latrocínio.

“Me chamo Jeimisdim, e era cunhado da vítima. Do Mum-há. Não, não sei por que esse apelido. Eu fazia aniversário naquele dia, e o Mum-há veio me prestigiar no boteco. Teve um churrasquinho. Aí foi isso, sem novidades. O assassino estava na mesa ao lado, seguiu meu cunhado e atirou nele no banheiro. E saiu correndo, mancando. Mesmo assim não deu pra alcançar ele não, foi pra trás do bar e desapareceu. Isso mesmo: quando chegamos detrás do bar, não havia mais ninguém. O pessoal soltou uns pipocos, porque meus amigos, assim, de vez em quando, pra defesa pessoal, carregam uma garruchinha, o bairro é perigoso, sabe? Ele tomou um tiro e nós o levamos para

o hospital, no meu carro. Bom, largamos ele lá na porta e fomos embora. Depois ficamos sabendo que ele foi definitivamente morto no Hospital, acho que pelo mesmo fulano que tentou a execução no bar. Olha, que ousadia! Deu só umas horas e a polícia passou em casa, me levou pra delegacia pra reconhecer o assassino e me mostrou a foto do tal de Tobias. Polícia. Era ele, sem dúvida. Não vi ele só de relance, não. Ele ficou sentado na mesa do bar, do meu lado, um tempão, fiquei até desconfiado porque não conhecia o rosto, fitei bem o vagabundo. Quer dizer, o assassino. Na delegacia, quando eu fiz o reconhecimento, saí tranqüilo, aqui na porta deste prédio é que o pessoal descobriu que eu tinha uma bronquinha, um pequeno débito com a Justiça. Eu usava a identidade do meu irmão, é verdade. Fiquei com medo quando na delegacia da primeira vez me perguntaram de que era a festa, eu não disse que era do meu aniversário porque ele podia bater com a data de nascimento do meu irmão. Quer dizer, não ia bater, entende? Mas agora que a casa caiu confesso que eu tenho umas pendências, 157, mas faz tempo. Latrocínio, é. Não vou ficar preso, vou?”

O **Sargento Tobias** disse que ficaria calado em qualquer investigação, civil ou militar. Seu processo corre separadamente, mas aos autos federais vieram cópias de outros documentos. O advogado do sargento apresentou um arquivo de áudio, que diz ter sido gravado em seu escritório, na primeira conversa com o cliente. “Como ele se recusa a falar, pra defender pares, este advogado junta a gravação, ciente de que o faz em prol da verdade e de seu constituinte”, disse ele nos autos estaduais que investigam o assassinato de “Mum-há”.

Este é o conteúdo da gravação, que afirma haver sido feita em 27 de julho, já degravada pela polícia, veio em cópia aos autos da ação penal originária, do Supremo:

“O poder mudou de mãos, ponto. Creio que seria só o que o senhor precisaria ouvir, doutor, quando me pergunta assim com esse olhar sério ‘Conte-me o que aconteceu, a sua versão’. Nesse caso, o que eu posso dizer mais? Que o que o se disse é verdade, todo mundo me reconheceu. Mas eu não sei se uma parte da verdade pode ser a verdade. Verdade parcial é verdade? Estou lhe questionando, doutor. Desculpe. Antes vou dizer outra coisa: por um problema desses de profissão, dias depois que eu me enfrentei com um preso, coisa normal, me alvejaram quando estava eu em minha moto, eu caí e quebrei a perna, de triturar o osso, castigo pra quem gosta de se mover, e dias no hospital militar, sedado. Não era isso que eu queria lhe contar, doutor, ouça: depois desse acidente, algumas coisas estranhas começaram a acontecer comigo. Muitas, melhor dito. Numa noite dessas em casa, discuti com a esposa e ela me empurrou no espelho, ela gritava e eu gritava em cima (eu que nunca gritei na vida, porque quem tem autoridade fala sempre sereno), e ela me abraçou depois chorando e disse ‘Tobias, naquele seu acidente que você quebrou a perna, você não só quebrou a perna, você bateu a cabeça. A cabeça’. Eu xinguei e ela disse que eu estava diferente, me mostrou o sofá de casa, que tinha uns livros de bolso amontoados e disse ‘Olha, você está até comprando livros, você nunca comprou livros, lembra? Agora eles estão aí, soltos pela casa, e você deita no sofá e lê. Eles não te fazem bem’. Tem todo sentido: bati a cabeça e houve conseqüências, porque fiquei perturbado. Penso mais, mas pior, falo muito porque só penso falando, é tão estranho. E olho um livro, e vejo o título, e me dá vontade de saber tudo o que tem dentro, aí eu compro e começo a ler e não paro porque vou discutindo assim mentalmente com o livro e depois jogo ele de lado, mas nem percebo, minha mulher está certa. Eu sei que é difícil de entender, mas a imagem que me veio naquela noite, deitado na cama ao lado da mulher e olhando o abajur aceso foi que nossa mente tem uma torneira fechada, mas que deixa pingar umas idéias, assim como aquele soro de hospital, cada gota uma idéia, lentamente. Quando eu bati a cabeça, estourou o cano e hoje essa torneira jorra tudo aqui dentro, compreendo muito mas nem sempre

expresso bem, boas palavras que não organizo. Não dá tempo, minhas idéias encharcam o chão, transbordam. O senhor acredita que antes eu falava por monossílabos?

>> Me prejudica esse descontrole, porque me fez ver algumas coisas. Que naquele dia eu não era eu, eu era o Estado. E hoje sei te dizer que desde Esparta vem a técnica de deixar o cérebro vazio, para agir por reflexo, eu fazia o que tinha de fazer (o que se determina). Ponto. Esse era o condicionamento, endurecer a mente para que essa torneira de idéias ficasse bem vedada, porque no momento de agir não se pode questionar. Quando se questiona não se age, e quando não se age não há segurança. Então, pensa: eu era o Estado, e o Estado tem direito a ter seu plano de segurança, mesmo na democracia. Ouça:

>>Para dismantelar uma quadrilha estruturada, o melhor quase sempre é tombar o líder. Quando se tem certeza de que sem alguém específico a quadrilha perde muito a força, esse alguém tem que ser eliminado. Arriscado, porque se a quadrilha sobrevive mesmo decepada, o tiro sai pela culatra: o que era pra ser garantia de tempos de paz se transforma em declaração de guerra, e isso todo mundo sabia mesmo antes dessas coisas aí que ocorreram. Isso não é justiça, é segurança pública, doutor. Positivo, mas se essa certeza existe, surge a ordem de romper a corrente: o homem não é mais homem, é alvo. Eliminar o alvo, ponto. Ordem não se discute, ordem se cumpre. Alguém tem que dar a informação correta, onde o alvo estará, e quando. Quê? Geralmente a informação sai de um vagabundo corrupto, porque para encontrar marginal é preciso outro marginal, eles são autofágicos. Informação segura, eu sou apenas o cano da arma. Sempre acontece assim: sempre, sempre.

>> A partir de então era eu sozinho, mas só a partir de então. Na noite anterior visitei o local, vi que atrás do muro de contenção dava para deixar a moto. A moto tinha que ficar perto, porque eu já não corro bem, sabe, o atentado. Mesmo assim eu tinha que sair pela lateral do boteco, correr pelos fundos, pular o muro, montar na moto e descer uma parte pela ruela, outra pelo mato (algo assim como um gramado feio), só depois desembocar na avenida. Preparei o terreno, até com uma escada improvisada para pular o muro, eu já disse que não corro bem? E na noite seguinte foi isso que o senhor já leu nos teus papéis, o alvo entrou e ficou no bar, era comemoração do aniversário do cunhado dele, bandido também. Tinha churrasco, mas na verdade ninguém comia, efeito do pó, o que me fazia ter de agir mais rápido, todo mundo estava muito ligeiro, catalisado. O alvo foi pro banheiro e eu contei até seis e caminhei atrás, disparei com segurança, 45 que não deixa dúvida (ou não devia deixar) e de que as forças comuns do Estado quase não dispõem, só bandido usa, sempre assim. Saí pela lateral, escalei o muro de contenção, peguei a moto, a ruela, o gramado feio, a avenida e achei que a missão estava perfeita. Só que os anos dão pra gente uma série de lesões, mas concedem faro também. Me bateu uma coisa assim na cabeça, essa cabeça. Fiquei na moto, lembrando de que vaso ruim não quebra, não sei explicar, intuição mesmo. Daí eu não me controlo, e se eu sou obrigado a dizer pro meu chefe que eu não tenho certeza do resultado da missão? Não vou revelar quem é meu chefe, de acordo? Mas é evidente que tenho que prestar contas. E batata, dei a volta com a moto, passei quase voando na frente do bar, não tinha viatura, não tinha ambulância, estava deserto como um cemitério, fui direto pro Hospital do bairro. Desta vez peguei a pistola na mão, mais ágil. Desci da moto e nem entrei direito no pronto-socorro, já no corredor, estava lá o alvo. Aí não se questiona. Eu atirei e pronto, mais de uma vez.

>> E logo é isso, passou pouco tempo e deu briga nas esferas superiores. Eu agora caí nas garras dos inimigos, que ascenderam porque o serviço público é sempre essa roda-gigante. Os inimigos que comungam das mesmas ideologias, dos mesmos programas, mas não das mesmas pessoas, empatias diversas. Então, o que seria puro silêncio, pura ausência e puro mistério se transformou em certeza e muito papel, e testemunhas que viram

tudo, com mulheres carpideiras que nem sabem onde é o tal boteco, mas hoje são gente que me reconhece com segurança, que dizem que eu manco, que viram minha foto, gente capaz de apontar o dedo para mim ainda que me coloquem ao lado do meu clone. E queixa na corregedoria e isso é aquilo. O problema é que o que eu estou falando não pode sair daqui, a não ser que o doutor me encontre uma solução. Que o doutor me diga que a lei compreende esses casos extremos, que o juiz entende que eu sou um aparelho de segurança e não um assassino qualquer. Que eu não tenho interesse pessoal em matar ninguém, que eu sou um braço, de uma arma, de um instrumento, de um Estado que todos nós compomos. Acredite, por mim esse sujeito teria mais duzentos anos de vida, mas não sou eu que escolho, é todo um contexto, umas circunstâncias que agora estão esfumadas, que acho que não cabem no processo. Ou cabem? Pra que te contrato? Desculpe, outra vez. Mesmo se pensarmos de um modo individual, eu diria que o ser humano é capaz das maiores atrocidades e, ao mesmo tempo, dos atos de maior nobreza. Isso para mim não é novo, novidade é descobrir que a lei não tem trato nem com um nem com outro caso. Eu não sou esse demônio. E, não sei, se eu não tivesse batido a cabeça, naquele acidente da moto, talvez eu estivesse conformado com o fogo-amigo, com o julgamento injusto em nome do sistema, mas agora não sou. Não existe nada pior que ser inconformado, se eu não tivesse batido a cabeça. Agora acho que faria um bem a muitos se exigisse no meu caso uma lei adequada ao que realmente existe, de acordo? Ou ao menos um juiz que compreenda que casos como o meu são reais, mesmo quando invisíveis ao popular, ao civil comum.

>> De qualquer modo, se o senhor não comprovar nada, não espere o contrário: assumo a autoria como uma vingança pessoal. Meus comandantes jamais aparecerão. Sequer para o senhor, doutor, eu direi. Veja o que consegues fazer por mim”.

O Coronel Pontes veio prestar depoimento, acompanhado de seu advogado:

“Assumo que o vídeo em que apareço com o Governador é original, porque um militar não mente. O vídeo é isso que é, nada mais.

>> Tampouco nego as ordens que, no vídeo, dou à bravamente falecida Major Lima, mas pelo que fiquei sabendo não existe nada comprovado sobre o nexa com a morte desses dois assassinos traficantes na cadeia. Aliás, ficou sim: a morte de um deles ocorreu coincidentemente no dia seguinte à minha ordem, mas em uma peleja de presos. Coincidentemente, repito. Dessas brigas que se dão sempre, porque nossos presídios não mantêm qualquer tipo de disciplina. Sobre o outro, envenenado, eu não sei. É possível que a Major Lima (reitero: bravamente falecida) tenha dado ordem de morte dele, mas isso é muito pouco provável. Possível mas improvável, entenda. Porque esse não era o tipo de ação dela, de matar envenenado. Possível também que tenha sido algum inimigo que o preso haja cultivado na própria penitenciária, algum carcereiro ameaçado de morte, isso acontece sempre. O preso fala pro carcereiro “Quando eu sair daqui, vou te matar”, e o que faz o infeliz senão antecipar a legítima defesa? Bom, são só conjecturas. Mas eu quero falar algo acerca do vídeo, para que fique claro. Eu cometi sim um erro grave. Mas foi um erro político e eu não sou político, sou Coronel, por isso me perdoe a mim mesmo, ainda que a sociedade não esteja obrigada a perdoar-me. Errei politicamente e o que faço é assumir. Tudo começou porque sempre desconfiei dos advogados, embora agora tenha contratado um. Mas preciso dizer que suspeito muito, porque eles passam, em geral, toda a vida defendendo bandidos e depois vêm comandar a polícia, como aconteceu com esse Doutor Júlio, o ex-Secretário de Segurança. Anos dizendo que facínoras são todos inocentes e, de repente, é chamado pro outro lado. E aceita o cargo, com a maior cara-dura, compreende? Eu controlo o serviço secreto da polícia militar e fico sabendo de muita coisa. Certo ou não, logo que ele tomou posse como Secretário me disseram que estava negociando

superfaturamento de compra de armas para a polícia. Ele receberia fornecedores em seu próprio gabinete, e ali pegaria dinheiro paralelo. É o que me disseram, tinha fundamento. Então eu tomei uma atitude, por minha conta e risco, secretamente: grampeei o carro dele, o carro oficial. E pus também um microfone na sua mesa de trabalho, essa que aparece no vídeo. Fiz isso porque achei que faria um bem a meu chefe maior, que é o Governador. Queria desmascarar aquele sujeito. O Secretário Júlio, é. Logo comuniquei ao Governador sobre o grampo e esse foi meu erro, porque o Governador achou um absurdo e reportou o fato ao Secretário. Ainda assim, insistiu em manter a nós dois no cargo, que, como deu pra ver, era impossível. Nos odiávamos mutuamente, nos odiamos. Ele me odeia pessoalmente, mas como pessoa eu não tenho nada contra ele, juro. Apenas institucionalmente: ele nunca se comprometeu com a Segurança, e arrisco dizer que ele nem gosta de polícia. Tem verdadeira aversão a nós. Vem aí o segundo problema: como eu já tinha relatórios detalhados sobre a possível fraude na compra de armas, independentemente das gravações que tive que interromper, fiz uma denúncia confidencial a vocês, à chefia de Polícia Federal em Brasília. Quem, pelo visto, agiu como eu agira: grampeou a sala, agora com câmeras modernas e tal. Bom, é só isso. Quer dizer, não é só isso. Pelo menos pra mim fica claro que o Secretário, de algum modo, sabia dessa filmagem. Ou desconfiava muito. Desculpe, mas talvez as câmeras não estivessem bem ocultas no gabinete, talvez a pessoa que entrou para colocá-las não se tenha disfarçado bem, como o agente conseguiu entrar lá, quem lhe facilitou a entrada? Bom, não é da minha alçada, agora. Nem vou dizer que um advogado influente como ele talvez tenha informantes em todos os locais, vai saber quem ele já defendeu, não é? Não acham? Hein? Inútil refletir agora, pena. Se você olhar bem o vídeo, verá que ele pede pro Governador pra fazermos a reunião ali na sala dele. Ele nos conteve ali, por isso os biscoitinhos de polvilho, compreendem? E, assim, ele parece meio falso ao falar. Não sei se naturalmente ele diria essas coisas como “Não é isso que o Professor me ensinou”, algo assim. Dramático, teatral. Bom, tampouco quero ser injusto, não sou um homem injusto. Falo apenas o que tenho certeza, mas se houve essa hipótese, nosso amigo é um advogado brilhante: não apenas se vingou de mim, como se vingou do governador e ainda saiu do cargo com fama de grande defensor dos direitos humanos, o que, em seu escritório, lhe renderá muito dinheiro. Enfim, o direito, que deveria nos proteger do crime, acaba derrubando ou quase derrubando a cúpula do governo; o governo que tentava manter o crime estancado, ou em nível suportáveis. Golpe de mestre, golpe de advogado!

>> Perdoem, mas não gosto deles e não consigo mentir. Só quero justificar que tenho fortes motivos para suspeitar que existe interesse bem maior por detrás de tudo. Na filmagem, em nosso diálogo, no vídeo que foi editado por uma rede de televisão e “vazou” pra internet. Espero que vocês um dia apurem esse vazamento, que é um crime contra o Estado, contra todos nós, porque o que se passa no gabinete das grandes autoridades é uma questão Paz Mundial, e só quem não tem noção de Patria não admite: aplaudimos os serviços secretos de Israel e da CIA, quando nos livram do terrorismo, mas colocamos na internet a reunião do Governador do Estado com seus organismos de Segurança, como se não tivéssemos direito a planejar uma ação contra a organização criminosa que mata dezenas de cidadãos inocentes por semana. Obrigó-me a revelar meu pensamento, de que somos milhões de vira-latas, que atendemos aos interesses daqueles que não querem que sejamos uma grande nação. Enquanto formos desorganizados, seremos resignados aos pés das potências mundiais, vendedores de minério a troco de espelhos e esmolos.

>> Quanto a mim, volto à justiça: não tenho certeza de que a bravamente falecida Major Lima tenha tido tempo bastante de levar minha ordem adiante para dar fim nos líderes criminosos, embora fosse e continue sendo minha vontade, mas por vontade ninguém pode ser condenado.

Pensamento não comete crime. Daquela outra morte do tal de Mum-hà eu não fui autor tampouco, mas isso já está sendo investigado em outro processo, em que eu também depus. A morte do Mum Há é anterior ao vídeo, não é isso? Não faz parte do massacre. Sim, da nossa ação contida. Um massacre causado pelos bandidos.

>> Quanto ao resto, bom, eu assumi a Secretaria e pacifiquei a cidade. Inclusive quando, calcado em ordem expressa, minha, de exterminar quem usasse arma de guerra, como fuzil ou granada. Agora entramos na terceira morte do imbróglia. Também, coincidentemente, ocorrida um dia depois do meu pronunciamento, mas desta vez não em presídio. Sim, estou dizendo isso porque, pelo que sei, das mortes fora de presídio, essa é a única que tem um autor identificável, ligado a mim, concorda comigo? Um *sniper*, um dos homens mais qualificados de nossas Forças que, atendendo a meu comando genérico de desarmar uma cidade em guerra, colocou fim pessoal e cirúrgico a um delinquente qualquer, mas que portava um fuzil. Sim, era ordem minha que, ao subir à favela, eliminassem aqueles que estivessem portando arma de guerra, e isso passou a vigor desde o primeiro dia do meu comando como Secretário. E tenho lastro jurídico para isso: quem porta arma de guerra não está se defendendo, está em posição de ataque. O cidadão, com uma lei que não lhe permite porte sequer de um canivete, usa um fuzil exclusivamente para matar. Se não está matando, está ameaçando de morte, e isso é crime. Encontrando-se em flagrante delito permanente, colocando em risco a vida de todos os que o rodeiam, ou do próprio policial que se aproxima, ele tem que ser exterminado. Exigir que exista um aviso prévio do tipo “Baixe seu fuzil, por favor” é uma idiotice. Quem tem um fuzil não o porta para baixa-lo quando for confrontado. Não estamos falando de um assaltante de farol, estamos falando de um fuzileiro. E, antes que me perguntem, não é ‘coincidência’ que tenha morrido justo aquele cidadão a que eu me referia quando conversava com as demais autoridades. Ele morreu porque *sempre* usou fuzil, sempre comandou o tráfico em grande parte da cidade e portanto estava sempre em situação flagrancial. O tal do vídeo que alguém da minha corporação gravou, como molecagem idiota, ironicamente é a principal defesa nossa. Pensem comigo: se, sem o tal vídeo, o corpo do tal do ‘Perverso’ aparecesse na avenida, com uma bala de rifle da PM encravada no crânio, qual seria a versão da imprensa? Qual seria a versão desse advogado da favela que quer aparecer, se o corpo não houvesse sido antecedido pelo vídeo? Iam dizer que o Perverso estava em casa, lavando louça, ou rezando, ou preparando a mamadeira do bebê, quando foi liquidado por um tiro à traição. Nada disso, pois: disparo cirúrgico de um *sniper* cuja identidade deve permanecer em segredo, para preservação de sua vida. E que eu garanto, mesmo, que é um herói nacional. Um herói para muito além da sua farda.

Volto: pacifiquei a cidade. Com um custo humano, que a princípio não foi baixo – a começar pela bravamente falecida Major -, mas que já fora amplamente compensado pelas vidas salvas nestes poucos meses de meu cargo: vidas de cidadãos trabalhadores, digo. Acho que mereço que isso seja tomado em conta.”.

Claudeir (Coisaruím), 58 anos, faz seu depoimento diante do Juiz de primeiro grau, designado para instruir o Processo, mesmo que originário do Superior Tribunal.

“Não tenho muito o que dizer sobre a briga no presídio. Ali dentro é uma cidade em que existe fome, e a gente tem que lutar pra sobreviver. No meu caso, nem isso, na verdade. Eu luto pela honra. Pra morrer honrado.

Eu estou aguardando ainda um julgamento de processo por latrocínio, sabe? Um caso estranho, que eu nem cometi, mas fui preso porque tenho

anterior. Fui filmado no local, mas não matei ninguém⁶. Deixa eu falar, doutor, que isso é importante. Eu vou chegar lá, tenha paciência com este pobre doente. Paciência.

Vim preso e ainda estou esperando sentença do latrocínio, mas fui piorando, piorando, piorando. Quase passei desta pra melhor, e quando isso ocorre a gente pensa em muita coisa, reflete muito, sabe? A resposta, os valores... O médico fez exame e disse que eu tenho síndrome de imunodeficiência, que eu tenho que tomar coquetéis pra sobreviver e eu perguntei “Quem me dá esse coquetel, se nem esparadrapo tem no presídio?”. Doutor, minha morte é certa e ocorrerá em breve. Eu estou de partida.

Então, com todo o respeito, as decisões judiciais não me importam, eu não quero me defender aqui, só desejo desabafar. Me deixa pôr essas coisas pra fora da alma. O pior de tudo, pra mim, é eu não ver mais meus filhos. Estão grandes já, mas dois deles vinham toda visita me ver. É a única coisa que eu prezo, e está difícil a vida pra eles, estudaram pouco. Minha filha, a mais velha, tem que criar dois molequinhos sozinha, e ainda assim vem me visitar, não tem nem leite pro moleque mais novo, não estou fazendo drama não, só quero contar. Pra quem mais eu vou contar isso, doutor? Escreve aí, deixa registrado, quem sabe alguém, algum dia, lê

Meu filho do meio não me visita não porque não queira, não. É que é viciado em álcool, passa do dia tombado na praça. Quer ver ele, é só ir na praça da Luz, perto da Cracolândia, ele está lá, no segundo banco pra quem vem da estação. Ou dormindo, ou pedindo grana pra outra pinga, coitado. Mas eu tenho que endurecer, que ter resistência nesse coração amolecido que levo dentro de mim, este coração que bombeia sangue com vírus pelo meus ossos. Não é assim que funciona? Então, como eu notava que minha filha chorava muito quando me via... não porque eu estivesse no presídio, ela já cresceu acostumada a ter de colar na grade pra falar com o pai, não é isso. É esse meu aspecto de caveira, eu disse pra ela não vir mais, e pra falar pro meu filho não vir também. E não contar da doença pro do meio, senão ele bebe uma garrafa inteira de pinga em minha homenagem, coitado. Vício, sabe?

Aos fatos, gostei, aos fatos. O Miolo, que é branco e gordo que parece uma minhoca, teve as tripas perfuradas porque fica recebendo polícia no presídio. E preso que é preso não fala direto com polícia. Fala com juiz, mas não com polícia. Foi isso. Não, ninguém me mandou matar o preso, doutor, o senhor está me ofendendo. Vagabundo de verdade, como eu, não recebe ordem de ninguém. Aprendi a me impor, com alto custo. Uma vez, eu fui preso por uma falsa acusação de furto. Fiquei dias na cela, depois fui liberado, mas cadeeiro velho vai direto pro presídio. Isso faz uns oito anos. Aí eu briguei com um magrelinho, fui pra cima dele e o maluco, que era meio revoltado mas parecia de boa paz, me deu tanta porrada que depois eu mesmo dei ordem pra ele ser lutador de boxe na prisão, já que ia ficar muito mais tempo porque tinha pena de latrocínio⁷. Fui pra rua mas continuei metendo dinheiro no presídio, nas apostas do boxe. Curioso, né? O menino revoltado quebrou dois dentes meus, estes aqui do lado, e sem ele saber eu banquei a carreira dele, carreira do jogo de luta no presídio. Vida tem disso, sim. Hoje esse cara está por aí, livre, pelo que sei, um atleta e tanto, se já não estivesse velho pra coisa seria campeão. Apanhei de um Mike Tyson do xadrez e perdi os dentes, mas mantive minha honra.

Doente desse jeito, não vai ser nos meus últimos dias que vou deixar alguém mandar em mim. Tenho um histórico de vida na independência do crime organizado, sou a quinta coluna. Se o senhor pesquisar por aí, vai ver que minha história já aparece até em livros⁸. Agora eu quero fumar. Se o senhor me

⁶ Trata-se do “Assalto ao Posto de Gasolina”, que será lançado nesta plataforma. N. do E.

⁷ Veja-se o caso prático “A morte de Getúlio”, SP: Almedina, 2014

⁸ Veja-se “A hora do Carvoeiro”. N. do E.

der um cigarro, eu falo mais. Se não, vou me calar, porque ali no corró tem cigarro e cigarro é tudo o que eu quero. E ninguém manda em mim, doutor. Agora menos ainda. Passei três fases na minha vida, que preciso relatar. Escute bem, porque interessa diretamente ao senhor. Na primeira fase, é a da curiosidade pelo mundo exterior, vou ver se explico. As fases se percebem nos dias que saímos da penitenciária pra vir visitar o fórum, ver pessoas distintas finas como Vossa Excelência. Na primeira fase, de fralda no sistema penitenciário, quando um bonde nos traz para o fórum, queremos apenas ver a rua, meter a cara na janela do veículo e ver o que está fora, igual cachorro. Curiosidade pura, ver a cara das pessoas, não nos importamos com a audiência que vai ocorrer, sequer pensamos nela. O juiz falando e eu tentando ver algo pela janela da sala de audiência. Desconcentrados, declaramos bobagem e isso nos prejudica no processo. Erro de criança.

Na segunda fase se supera isso. Há segurança até para pedir para o juiz ficar menos agitado na oitiva, para podermos também ficar calmos e falar o que nos importa, o interrogatório é oportunidade única, processualmente falando. A terceira fase eu não achei que fosse viver, estou descobrindo atualmente: não pretendo falar o que o juiz quer ouvir, porque não faz a mínima diferença no meu futuro. Mas, aí está a graça, o juiz tem que me escutar porque agora ele precisa levar informação ao processo, não eu. Eu sou réu, mas é o juiz que está sob minha decisão. Passei a vida na mão dos juízes, e agora o juiz está em minhas mãos. Não deixa de ser uma curiosa vingança, tem seu sabor.

Sim, senhor, pedindo educadamente eu respondo rápido: o fato de o Miolo morrer justo no dia seguinte de o secretário de segurança, ou seja quem for, ordenar a morte dele, é uma triste coincidência. Acho isso. Se o Governador viesse pedir pra eu matar o Miolo, o Miolo estaria hoje vivo, entende o que eu digo? Minha rebeldia supera teus limites. E pode ser até que eu esteja mentindo, mas como o senhor vai descobrir? Eu ganhei esse apelido de Coisarum só agora, em prisão preventiva, depois de anos no crime, pode? Nos primeiros dias fiquei furioso de ouvir, mas hoje já acho que tem graça sim. Doutor, já estou te convidando pro meu enterro. Não tem data definida ainda, mas até o fim do ano, escreve aí, vai acontecer. O senhor será comunicado do grande evento do mundo da vagabundagem: o sepultamento do Coisarum.

Depois desse dia, quer dizer, quando eu não estiver aqui, se passar pela Luz, não dê esmola pro meu filho, que está na praça, segundo banco. Cracolândia, onde ninguém te atira a primeira pedra”.

O Ex-Secretário **Júlio Bandeira** recusou-se a falar em juízo, mesmo sabendo da importância de suas informações. Pela imprensa, soltou pequenas declarações a jornalistas, insinuando que está tudo dito no vídeo, que sua posição é muito clara nos diálogos.

Já o **Governador** divulgou somente uma nota:

“Sobre o vídeo gravado na sala do então Secretário de Segurança, há que se apurar responsabilidades, porque ainda que autorizado judicialmente, sua exposição é criminosa. Digo ao povo que eu estava em uma situação limítrofe, tendo de cuidar de meus cidadãos, todos e cada um deles, meus eleitores ou não, que se encontravam sob ataque de marginais. Exatamente por isso convidei o maior especialista em Direito a que tenho acesso. Sou engenheiro de formação, então fui atrás de quem soubesse realmente o que fazer. E esclareço que a mim não chegou qualquer comunicação da decisão do falecido Professor Calatrava, determinando ações de morte, como mostra o vídeo. Quanto ao modo de fazê-la, não sei se o professor Calatrava se pronunciou. Creio que o Professor deva ter se manifestado sobre isso, mas não tenho certeza, e ele não está mais entre nós para confirmar.

Somente me veio a renúncia do Secretário Júlio, por escrito. Naquela noite, depois de gravado o vídeo, eu tive outros afazeres na minha agenda, então

o máximo que o tempo me permitiu foi determinar que o Coronel assumisse o cargo vacante.

Depois, vazado aquele vídeo tão indiscreto, apenas para evitar seu uso político, pedi ao Exmo. Sr. Presidente da República a concessão de graça, ou indulto pessoal, que ocorreu via a publicação do decreto em 06 de fevereiro. Peço a todos que notem que o indulto presidencial não é algo destinado à minha pessoa: ele visa à proteção da estabilidade do País, no que se poderia chamar, no mínimo, de um momento pós-calamidade. Se a Suprema Corte o entende inválido, há apenas que acatar.

No que se refere a ordem de exterminar quem portasse fuzil, eu não a dei diretamente, mas não discordo dela. O tema sempre entra em pauta quando se encontra um jurista ou se reúnem governadores. Nenhuma autoridade judiciária decide a respeito, mas ao menos se percebe o absurdo em que vivemos: numa sociedade em que o porte de arma é proibido, ficar discutindo o que fazer frente a bandidos que portam armas de guerra. Juridicamente correto ou não, fica o aviso: não portem fuzis a céu aberto, porque há o risco de que sejam alvo de policiais. Não faz mal algum avisar.”

O Superior Tribunal de Justiça analisa todo o processo. Em relação aos fatos, decide que existe apenas prova concreta para julgar, como fato derivado do vídeo, um único caso de homicídio. Esta é a decisão:

“Vistos etc.

O Ministério Público denuncia vários fatos como derivados de uma decisão de extermínio, a qual curiosamente foi filmada, por motivo de outra investigação que se desenvolvia.

Analisando as provas trazidas, certo é que só há indícios suficientes denexo causal com o vídeo a denúncia relativa à morte de **Clemente Cavalcante**, conhecido como “**Perverso**”. As demais mortes, ao menos como se apuram, houve em confronto direto com criminosos, reagindo à ação. Quanto à morte de Miolo por Coisa-Ruim, não há fatos suficientes que se relacionem com a ordem de extermínio. O homicídio de Mum-Há, amplamente comprovado, tampouco se pode usar neste processo, por ser anterior ao vídeo.

Nesse sentido, o único fato a ser aqui apurado é a morte de Perverso, cuja filmagem, lançada nas mídias sociais, foi atestada como autêntica. Mantém-se a competência da Corte Especial deste STJ (Regimento Interno, art. 2º, § 2º e art. 11), por haver **indício** de participação de Governador de Estado, a ser julgado após instrução. Nesse sentido, sem relação direta com o pedido feito nos autos por ONG, há que se determinar, mantendo o sigilo processual, **a revelação da identidade do atirador de elite** que efetuou o disparo fatal. Oficie-se à Polícia Militar

Oficie-se a Procuradoria da República atuante neste Tribunal para **emendar a denúncia**, fazendo constar apenas os fatos relacionados à morte de Clemente Cavalcante, complementando-a com o nome do atirador de elite, referido porém até o momento não nominalmente identificado, quando houver resposta do ofício à Corporação”.

Reduzindo-se os autos a um único evento, juntaram-se apenas estas provas relevantes, durante a instrução: o depoimento do advogado **Lamberto Fratello** e o do Policial **Joacir Machado**.

Lamberto Fratello

Sou advogado da periferia, e note: sou o único, o único a testemunhar como acusação aqui. Pode haver outras testemunhas, mas serão como dono de bar. É, os advogados antigos diziam que o dono de bar é o famoso “coluna do meio”: quando acontece um homicídio no bar deles, uma dessas brigas, o dono jamais viu nada. Tradicionalmente, ou ele está abaixado colocando cerveja no freezer horizontal, ou no fundo contando o dinheiro do caixa. O crime organizado e os grupos de extermínio, vejam bem, transformaram toda a cidade em um enorme bar, onde ninguém vê nada. Eu só deponho porque estou ameaçado, mas cumpro minha missão. É, estou ameaçado de verdade e sei que é mais fácil o peru chegar vivo no natal do que o Dr. Lamberto, por isso acho que deixarei o País. Todas as demais testemunhas tendo sido devidamente ameaçadas, sobra este que vos fala. Então manda, pode perguntar.

Sim, eu tenho dado entrevistas sobre o caso, porque adotei como missão dizer o que vive a periferia. Massacre atrás de massacre. Com conivência de todos, inclusive do Judiciário. Ah, viu como incomoda quando falo demais? Pois é, do Judiciário. Depois de um vídeo que, sabe lá por quais condições, o governador do Estado determina que exista um massacre, qual é o resultado? Apenas um homicídio é atribuído a ele, com nexos causal? Veja: são três os nominados no vídeo, como líderes do crime organizado, e que portanto saem fatalmente condenados à morte. E morrem no dia seguinte à ordem. Parece a musiquinha da Terezinha, que minha mãe me cantava quando eu era pequeno: o primeiro, toma veneno; o segundo, é esfaqueado em briga; o terceiro, um tiro de rifle de mira laser. O terceiro foi aquele a quem a Terezinha quis levar ao banco dos réus. Ok, vamos a ele.

Aquilo foi um extermínio deliberado. O vídeo, ainda que com definição não muito boa, permite ver perfeitamente. Ambos saem de casa, pela porta da frente. Mas os *snipers* estão posicionados ali, esperando. Há quanto tempo? Ninguém sabe, mas os militares têm informação. E, tendo essa informação, teriam de subir ali para dar voz de prisão ao Clemente, por pior pessoa que ele fosse. Ele tinha direito à voz de prisão, a decidir entregar-se ou não.

Sem qualquer aviso, ele sai de casa, assustado. Assustado porque já sabia que seria alvo de vingança, desde o dia em que desafiou a ordem da Polícia e desfilou com seu fuzil em frente às tropas, na invasão da favela. E fez isso, pelo que sei, apenas porque, como cidadão, confiava na ordem de que, naquele momento, não haveria extermínio, ao menos não diante das câmaras de televisão. A reportagem repercutiu mal e chegou a ele o juramento de morte, pelos grupos de Extermínio do Estado. A partir daí, ele era um fugitivo, sempre com seu fuzil para sua defesa, sempre escondido.

De qualquer modo, o vídeo é claro: ele não sabia que estava cercado por *snipers*, ele não teve oportunidade de conhecer as circunstâncias. E o Estado não pode agir assim à traição. Quem garante que, se lhe fosse dada ordem de prisão, ele não se entregaria? Se o fuzil fosse para reagir e matar policiais, o outro cidadão, sobrevivente do ataque, teria disparado em direção ao atirador. O fuzil tem sua função muito mais simbólica do que real, é uma forma de domínio local, de mostrar poder, de dizer que se é mais potente que a quadrilha rival, que pode vir roubar droga, que virá disputar local de

tráfico, todos sabem disso. Não é uma arma de abater policiais, e os militares sabem disso. Ali vimos um assassinato de um cidadão que merecia a chance de ser preso e que, quando se visse realmente rendido, se entregaria. Tanto é que seus comparsas sempre estiveram quando soltos, e estavam todos presos. E morreram sob custódia do Estado, mas isso é uma história que já não está nos autos, não é isso?

Note, doutora, não se trata de uma ação de atiradores de elite daquelas que vemos quando há uma ação com reféns. Quando isso ocorre, há todo um protocolo, e várias equipes de negociação são enviadas antes de que os franco-atiradores entrem em ação. Não é assim? “Entregue-se com as mãos para o alto, você está cercado, vai ser pior pra todo mundo, deixa disso” etc etc. Nele, não: um disparo sem aviso, de quem aguardava em tocaia, para atingir um único alvo pre-determinado. Não fosse assim minha pergunta: se havia dois cidadãos saindo da casa, por que apenas o Clemente foi atingido? Qual o critério de escolha, senão a missão previamente determinada pelo Secretário?

E vocês viram quem foi destacado para a missão? Nosso campeão olímpico, o assassino medalha de ouro! Eu não lhe retiro o mérito de atleta, mas não acho que seja justo ele usar seu conhecimento do esporte para matar indefesos. É como se o Usain Bolt aparecesse disfarçado e nos convidasse para uma disputa de corrida com ele, apostando 100 reais. Não seria uma aposta, seria um estelionato, concordam? Sim, e sob a covardia do anonimato, porque fui eu que, peticionando, consegui que se revelasse o nome do atirador de elite assassino. “Informação Secreta”, e pode existir isso numa democracia? Basta que se gravem alguns minutos de “informações secretas” num gabinete pra que se veja o que ocorre: só ilegalidade. Agora sou eu o que está à beira da morte, e tenho de me mudar deste país. Então, vou até o fim. Falemos do vídeo.

Ele foi gravado como registro da ação policial, mas pra enviar pro crime organizado. Algum membro da Corporação posicionou-se ao lado do Sniper-Medalhistas, filmou o tiro fatal e, para não deixar dúvida, finaliza o *take* fechando o foco no escudo da tropa de elite. Dois dias depois, o vídeo “vaza”. Vou te falar, não “vazou”: foi mandado pelos policiais aos celulares dos próprios líderes da criminalidade. Não basta ser assassino: tem que fazer terrorismo, tem que tornar o medo constante. E essa ameaça é direcionada também a mim, claro. Pra dizer que, qualquer dia, quando eu sair de casa, serei alvejado por um tiro de mira laser, de algum militar que passou a noite de espreita, me aguardando.

Sinceramente, senhores. Já acho ridículo que se diga que não se pode conectar diretamente a morte de Jessé, por envenenamento, e a de Homero, esfaqueado, à ordem de extermínio que saiu do Gabinete de Sua Excelência, o Governador. Isso, depois de o Mum-Há ter sido mencionado pelas próprias autoridades, demonstrando a existência desses grupos secretos. Agora, com esse vídeo, o homicídio que restou para ser julgado. Se não forem todos – do Governador ao nosso campeão olímpico de treinamento de assassinatos - condenados por exterminar um ser humano sem defesa, eu vou me convencer de vez que este país é uma selva de demônios. E, como dizia o Mussum, vou me pirulitar daqui.

Joacir Machado

Quero responder o mínimo. Sou um atirador de elite e cumpro minha função. Entrei na corporação com 18 anos, e ali já era adulto, como todos os que têm 18 anos deveriam ser. Temos missões a cumprir na sociedade.

Desde os 18 sou treinado para aguentar a dor, e a dor pode ser moral também. Por exemplo, meu advogado ontem me dá para ler o testemunho desse fanfarrão, a dizer que eu matei um “ser humano sem defesa”. Isso não dá falso testemunho? Eu não durmo há noites, imaginando aquele cidadão, carinhosamente (eu vim a saber depois), chamado de “Perverso”, com um fuzil de guerra, sentindo-se “indefeso”. Ser superior em técnica e em estratégia não significa ser indefeso. Se interessa a informação, o fuzil dele era muito mais letal do que o que eu uso, na Corporação. Acontece que o meu tem um operador melhor.

Do resto, não quero dizer. Talvez haja pessoas aqui que falam melhor por mim. Só quero dizer ao fanfarrão que eu adoraria receber meu salário para ficar atirando apenas em alvos fixos, num campo de treino. Não fico feliz em tirar uma vida.

Agora, respondo só a perguntas essenciais, por favor. Mesmo em meu prejuízo.

1) Eu não subi à minha posição com a missão de matar o Perverso. Eu subi com a missão de matar quem saísse com fuzil. A ordem era clara: homens com fuzil serão derrubados, e isso juridicamente é correto. Parece que foi o governador que disse. Ou o Secretário. Para mim, chegou por meu comando direto, que não vou revelar quem é. Sou réu e tenho direito a manter ao menos minha honra. No mais, eu não discuto ordens, menos ainda faço interpretações jurídicas.

2) Não houve aviso de que ocorreria invasão policial na favela. Por dois motivos. (a) Na favela, que se quer chamar comunidade, mas chamamos ainda de favela. Mas soa bem: a ‘favela’ é uma ‘comunidade’ como outra qualquer, portanto tem direito a policiamento. A polícia entra quando quiser, para fazer patrulhamento e defender o cidadão. (b) Com todo respeito à pergunta do promotor, avisar a presença de um atirador de elite é algo ridículo. Se for esperar isso, melhor acabar com todos de minha profissão. Um comunicado de “Um atirador de elite está posicionado sobre o telhado da casa branca à sua direita, favor ter cuidado ao sair pela porta” seria um ato risível. Se me permite dizer, caso essa noção de segurança pública se estabeleça, é melhor acabar com a polícia. Ao menos com meu Regimento.

3) Não escolhi matar Perverso exatamente. E, se escolhesse, não diria aqui. Sou treinado para decidir por critérios rápidos, e naquele momento não tive comunicação com meu comando. Identifiquei ambos com fuzil, isso eu vi perfeitamente, e selecionei o que me parecia mais fácil de acertar, sem risco a que meu tiro não acertasse. Se o disparo não atingisse o crânio da pessoa, teria risco de atravessar a casa. Conscientemente, escolhi o que parecia mais fácil, já que não poderia atingir os dois fuzileiros. Inconscientemente, já não sei: dizem que, por instinto, nós sempre atacamos quem usa cores mais fortes, porque parece mais ameaçador. Coisa do nosso DNA, do tempo dos nossos antepassados caçadores: quem mais destoa da natureza é quem oferece mais risco. Pode ser isso aí.

4) Eu não sei se havia ou não efetivo policial para ir buscar o cadáver logo após meu disparo. O cadáver e o fuzil. Sei que, se alguém se aproximasse dali, teria de ir com muito cuidado, e certamente haveria mais mortes. Ele não era o único fuzileiro do local, como se sabe. Provavelmente os seus comparsas foram mais rápidos e resgataram o corpo e a arma.

5) Se os senhores buscarem na internet, vão ver que já existem pelo mundo fuzis inteligentes, que, usando câmeras e vários sensores, calculam o alvo e o momento do disparo. É como um videogame portátil, que custa 20 mil dólares. Eu não tenho nada disso, e minha medalha olímpica prova o que afirmo. Mas o que eu queria dizer é que esses fuzis já filmam toda a ação e, o que é mais genial, pelo ponto de vista do próprio fuzil. Pois bem, eu uso um rifle comum, de mira laser, sem esse recurso de vídeo. Mas as ações de *snipers* são poucas, graças a Deus, e são sempre estudadas, no mundo todo.

Por isso, sempre que é possível, alguém do próprio Regimento tenta fazer o registro. No caso, eu tinha um apoio, três soldados, um bombeiro e meu comandante, que vieram comigo, claro, para me dar segurança. Foi um soldado que filmou, não me lembro quem, e se lembrasse não diria. Certamente o vídeo iria para nossa corporação, e daí provavelmente para todos os militares do mundo que se interessem pelo estudo da contenção da violência. Com algum orgulho, tenho que dizer, o vídeo é um caso de êxito do atirador; há muitos vídeos que mostram ações falhas, mas eu jamais fui protagonista de um desses.

6) Aquela casa que ocupamos estava para alugar. Entramos nela às quatro da manhã. Certamente alguém já sabia que a casa era uma localização perfeita, mas não fui eu. Meu disparo ocorreu às 16h12min, conforme registra o vídeo.

7) Se eu tenho algo a acrescentar? Bom, já que disparei a falar, quero fazer constar uma injustiça. Esse advogado dá declarações nos jornais, dizendo que se sente ameaçado. Certamente vai pedir asilo político em algum país. Mas veja minha situação: eu sempre tive garantido o sigilo da minha identidade. Isso é da lei, é salvaguarda da minha vida, e é assim no mundo todo. Agora, a pedido de um cidadão comum, sem a menor noção de segurança, todos sabem quem é o *sniper*. Eu tenho casa, eu tenho filhos que vão à Escola. Eu treino, faço esporte a céu aberto, frequento centro olímpico, e matei o chefe do crime organizado. Sou bom atirador, mas de um tiro só. E durmo, às vezes. Se tem alguém que vai morrer em breve, neste processo, serei eu, enquanto o advogado certamente está preparando as malas para viver em outro país, alegando ameaças que nunca ocorreram. Eu sou um alvo fácil, mas só saio do Brasil para disputar as próximas Olimpíadas.

Aliás, falando nesse tema, eu gostaria de que não confundissem minha figura de atleta com a de Sniper. Ambas se aproximam apenas na disciplina e na seriedade, mas minha medalha olímpica não veio de exterminar alvos vivos, e meu treino para competições é totalmente independente do treino militar. Tanto que existem atiradores de elite muito melhores que eu, mais adaptados e mais experientes; já atiradores olímpicos, ao menos nos últimos Jogos, não tinha nenhum melhor não. Mas isso não é objeto deste processo, ou é também? Não duvido de mais nada.

- V -
A tarefa

Tarefa:

Como Juiz do Superior Tribunal (no Brasil, ministro do STJ) decida o caso, julgando aqueles que, conforme decisão anterior, podem ser denunciados no processo.

Equipe:

01. Acusador (sugere-se ao menos **03 componentes**).

02. Defesa: a defesa deve falar em grupo (ao menos, **04 defensores**), mas há que destacar, dentre os componentes:

a) Defensor do Governador do Estado.

b) Defensor do Secretário de Segurança Pública.

c) Defensor do Atirador.

Pode-se destacar, dentre o tempo total da defesa, 03 minutos para cada um em defesa individual. Mas é necessário pensar na conveniência de externalizar essa individualização.

03. Juízes da Câmara Especial do STJ. Regimentalmente, é composta por 15, mas vamos fazer com **07 Ministros**. Um deles, Presidente, deve ser aluno do Mestrado. Os demais, calouros. Eles devem ter acesso aos autos, e poderão falar por **máximo de 03 minutos** (acredite, em 03 minutos é possível fundamentar **bem** uma decisão).

Dinâmica:

Dias, antes, acusação apresenta denúncia a ser sustentada em julgamento, de acordo com a emenda decidida pelo Judiciário.

Presidente abre a sessão.

Ouvem-se testemunhas.

30 minutos de fala para a acusação, seguida de 30 para a defesa.

15min de réplica; 15 min de tréplica.

Logo: decisão. Em no máximo 04 minutos, cada juiz **arrazoa** seu voto. Tem de demonstrar haver lido o caso, mas, principalmente, tem de demonstrar que ouvira atentamente acusação e defesa.

[Quarta Capa]:

Sobre a morte do fuzileiro.

Em reunião dentro de seu gabinete, o Governador do Estado, o Secretário de Segurança e alguns agentes da lei, acuados pelas ameaças do Crime Organizado, decidem dar uma ordem de reação violenta: três dos líderes da Facção Criminosa devem ser exterminados. No mesmo dia, os três morrem em situações inusitadas. Um deles, ao sair de casa portando um fuzil, é atingido pelo disparo de um atirador de elite da Polícia Militar.

Como juiz de Tribunal Superior, julgue a legalidade do ato e a responsabilidade individual de cada autoridade.

Víctor Gabriel Rodríguez é professor livre-docente de Direito Penal da Universidade de São Paulo, membro da União Brasileira de Escritores. Foi assessor de Ministro no Supremo Tribunal Federal.